

INTERSECÇÕES

REVISTA DA SECÇÃO REGIONAL DO NORTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS
JAN. 2025 #1





PELA LENTE DE CUNHA PIMENTEL

#1 JANEIRO 2025

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL DE NORTE

Presidente

Andreia Sofia Abrantes Oliveira

Vice-presidente

Bruno Armando Gomes Marques

Vogais

Susana Cláudia Carneiro Hermenegildo

Pedro Filipe Costa Gomes

Adriana Floret Matias

Célia de Oliveira e Santos Mota

João Daniel Araújo Ribeiro de Sousa

Suplente

Sílvia Cristiana Meireles S. T. Cardoso Leal

Redação

Joana Graça

Impressão e Acabamento

Capa: Inaset plus 250 gramas

Interior: Inaset 100 gramas

Apoio

Ageas Seguros

AOF

Depósito Legal

541629/24

ISSN

3051-6404

Publicação semestral

Tiragem: 1500 exemplares

LinkedIn [linkedin.com/company/oasrn](https://www.linkedin.com/company/oasrn)

Facebook [facebook.com/oasrn](https://www.facebook.com/oasrn)

Instagram [instagram.com/oasrn](https://www.instagram.com/oasrn)

Site https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_norte

Os textos e conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos/das respectivos/as autores/as.

A Revista é propriedade da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos
@ Todos os direitos reservados.



Foto de capa de : NPS Arquitectos / Cunha Pimentel

4

“Um Testemunho” para os membros e dos membros

Andreia Oliveira

6

As iniciativas

Adriana Floret

14

Arquitetos na Europa, Mobilidade e Sustentabilidade

Entrevista Ruth Schagemann

22

Reabilitação Urbana: Património e Futuro

Pedro Baganha

26

A Rua Álvares Cabral: o edifício na génese do espaço

Maria do Carmo Pires

30

Roteiro Rua Álvares Cabral. Porto

José Pedro Tenreiro, Maria do Carmo Pires, Paula Torres Peixoto

34

Projeto do edifício sede da Secção Regional Norte

NPS Arquitectos

38

Sobre o Norte41°

Equipa Norte41° - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade

42

O Serviço da Prática Profissional

Susana Machado, Alexandra Lourenço, Nuno César Machado

44

Secção em números. Dados da área da Admissão.

Sofia Jacob

48

Livraria e Biblioteca

Lígia Sampaio

50

Um Olhar sobre o Edifício Sede N°41

Pela Lente de Cunha Pimentel

“UM TESTEMUNHO” PARA OS MEMBROS E DOS MEMBROS

Por **ANDREIA OLIVEIRA**, ARQUITETA | PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL NORTE
Foto **INSTUDIO**

De âmbito alargado a todas as secções regionais da Ordem dos Arquitectos e na expressão de uma ambição de partilha e consensualização, tendencialmente favorecedora de melhor comunicação (entre todos e para todos), de maior agilização e assertividade na ação de cada um, a revista InterSecções é um produto editorial que se constitui como uma publicação periódica resultado de uma oportunidade e composta de oportunidades: resulta da conjugação e materialização de condições operacionais, logísticas, financeiras e disciplinares transversais e convergentes para o mesmo fim e propósito; possibilita momentos de visibilização, publicitação, partilha, informação e reflexão sobre o trabalho produzido, análises e investigações disciplinares e académicas, crítica e debate, entre tantos outros modos de centrar a “arquitetura” no nosso quotidiano e, assim, também favorecer um maior conhecimento de todos sobre o território e a Ordem dos Arquitectos, de maior proximidade e solidariedade entre todos aqueles que, de forma privilegiada e protagonista, tratam da arquitetura: os arquitetos!

Deseja-se que este produto editorial seja abrangente na sua disseminação (atingindo os 86 municípios que conformam, no caso, a OASRN), plural e comunicacional, dinâmico e diverso no registo das suas

participações, no efeito da sua leitura e divulgação. Não se pretende que seja “mais uma publicação”, ambiciona-se que saiba fazer caminho próprio e assertivo, não sendo concorrente, mas antes complementar; não dividindo e repetindo, mas antes acrescentando e inovando.

Na sua ambição maior de externalização do trabalho feito e na agregação e sistematização do trabalho interno (da Ordem dos Arquitectos) realizado, a revista InterSecções encerra duas dimensões: uma, de carácter mais disciplinar e, dir-se-á, exterior à instituição; outra, de natureza mais interna e de partilha e informação do trabalho produzido na instituição.

Esta edição é um Testemunho de um passado que se prolonga no presente, na evidência de quão incontornável são a reabilitação, a reinvenção, a renovação na cidade e nos seus edifícios. Centralizada nos edifícios da sede da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos – a casa dos arquitetos –, esta edição compreende a obra de reabilitação, restauro, reconstrução “narrada” pelos autores do projeto NPS Arquitectos; inclui roteiro e origem (nascimento) da rua onde foram erigidos os mesmos edifícios, (Rua Álvares Cabral); robustece-se pelo depoimento pessoal e profissional do arquiteto, político, dirigente



“InterSecções será um ponto de encontro de partilha de ideias, experiências e conhecimentos, promovendo um diálogo direto, aberto e enriquecedor da Ordem e dos seus membros com a sociedade”

Pedro Baganha; e enriquece-se pela entrevista com a arquiteta Ruth Schagemann, Presidente do Conselho dos Arquitectos da Europa (CAE).

Em paralelo, esta edição sinaliza e destaca assuntos e temas variados associados ao quotidiano operacional e disciplinar da OASRN, sejam dados internos, temas atuais, problemas de âmbito regional, na promoção de uma maior compreensão das suas diversas áreas de atuação, e melhor percepção das atividades e desafios quotidianos e, objetivo que se considera fundamental, no fortalecimento da comunidade que todos nós, Arquitectos e membros da Ordem formamos! (na verdade, visibilizando que a ação da OASRN é muito mais do que os serviços disponíveis mais recorrentes, como a disciplina, apoio à prática, apoio jurídico, encomenda, admissão, formação, mas também inovação e investigação (através do Centro de Estudos Norte 41.º - CEN41.º), formação, biblioteca, livraria, secretaria, eventos, disponibilização de informação sobre normas, regulamentos e procedimentos disciplinares, “casos práticos” úteis na compreensão das responsabilidades profissionais, formação contínua e de desenvolvimento de competências profissionais sobre as melhores práticas, defesa dos direitos profissionais, apoio jurídico, entre



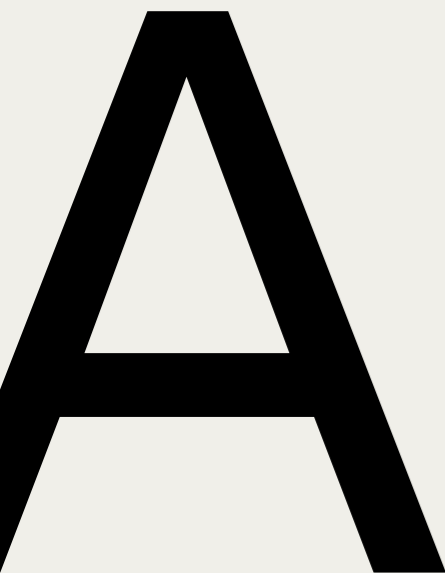
outras ações, seguramente, abertas e disponíveis para incluir e suportar a prática profissional de todos, “sem exceção.”

É convicção e expectativa do Conselho Diretivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos de que a revista InterSecções será um ponto de encontro de partilha de ideias, experiências e conhecimentos, promovendo um diálogo direto, aberto e enriquecedor da Ordem e dos seus membros com a sociedade.

Entre todos aqueles que tornaram possível esta publicação e contribuíram para a sua densificação e qualidade, o entusiasmo é grande, na esperança de que possa contribuir para a afirmação e construção da qualidade de vida nas cidades, da valorização do papel do arquiteto na sociedade e do papel da Ordem na defesa e conquista do reconhecimento público que, acredita-se, o Arquitecto merece!

Formulando-se repto e convite para todos participarem ativamente neste projeto, contribuindo com sugestões, críticas, projetos e artigos que possam enriquecer as futuras edições, expressa-se o agradecimento profundo a todos os que colaboraram para a realização desta primeira edição.

Que a leitura desta edição da InterSecções seja sinónimo de uma útil e compensadora experiência.



AS INICIATIVAS

Por **ADRIANA FLORET** | ARQUITETA E VOGAL DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL NORTE

A Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos tem sido um catalisador de iniciativas que celebram a arquitetura como um campo essencial da cultura e da sociedade. Em 2024, destacamos a organização do Prémio Fernando Távora e as diversas comemorações do centenário do arquiteto, reconhecendo a sua influência incontornável na arquitetura portuguesa.

Abrimos as portas da nossa sede a exposições de artes plásticas, participamos no Fórum Profissional Liberal e organizamos um debate sobre o papel dos arquitetos na administração pública, reforçando a importância do diálogo interdisciplinar. Celebrámos datas marcantes: o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, o Dia da Mulher, com uma entrevista a seis

arquitetas de diferentes gerações, e o Dia da Criança, com eventos especialmente direcionados para os mais novos.

Na +Concreta, representámos a profissão em diálogo com a sociedade e o mercado. Organizámos também conversas sobre deontologia, reafirmando o nosso compromisso com os valores éticos que orientam a prática da arquitetura.

Estes eventos e outros realizados são o testemunho do esforço contínuo para aproximar a arquitetura das pessoas e valorizar a sua dimensão cultural, social e profissional.



1

+ CONCRETA
16 novembro 2023

Participação OASRN e Ciclo de Debates

A OASRN participou na primeira edição da + Concreta, que teve lugar na Alfândega do Porto. Esteve representada com Stand próprio e organizou o Ciclo de Conferências “In Action. Como construímos hoje”, com curadoria dos depA. + Concreta é um evento na área dos acabamentos para a arquitetura, organizado pela EXPONOR, para a apresentação de tendências de fabricantes nacionais para a arquitetura e o design de interiores. A curadoria geral do evento esteve a cargo do Arq. Diogo Aguiar sob o mote “Futuro é ecológico”.

2

PRÉMIO FERNANDO TÁVORA
31 outubro 2023

Conferência do Vencedor da 17ª edição e Exposição “Aldeias Modernistas”

O Mês da Arquitetura encerrou com a conferência do Arq. João David Valério, vencedor da 17ª edição do Prémio Fernando Távora, com o título “Aldeias Modernistas”, percorrendo um conjunto de protótipos de habitação coletiva em alta densidade / baixa altura construídos na Suíça durante as décadas de 1950 a 1980.



3

VISITA À SEDE
6 dezembro 2023

Estudantes de arquitetura visitam o edifício sede

A sede da OASRN acolheu a visita de um grupo de estudantes e docentes da Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho, com orientação do autor do projeto, Rui Neto / NPS Architectos. No âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura, a cada ano, os estudantes visitam casos de estudo exemplificativos de metodologias de atuação no património, entre o restauro e a adição ou ampliação contemporânea, passando pela reabilitação ou recuperação de monumentos.



ACONTECEU



4

ASSEMBLEIA REGIONAL NORTE
29 dezembro 2023

Plano de atividades 2024 aprovado

A Assembleia Regional Norte reuniu na sede da OASRN e de modo online para a apresentação, apreciação e votação do Plano de Atividades para o ano de 2024, o qual foi aprovado por unanimidade. A Assembleia foi introduzida pelo presidente da mesa, Arq. Alexandre Ferreira, e Arq. Andreia Oliveira, presidente do Conselho Diretivo Regional, apresentou o Plano de Atividades proposto pelo Conselho Diretivo e Mesa da Assembleia. O presidente do Conselho de Disciplina Regional, Arq. Nuno Sousa, apresentou as atividades respetivas.



7

RECEÇÃO AOS NOVOS MEMBROS
24 fevereiro 2024

Cerimónia no Terminal de Cruzeiros de Leixões

A cerimónia contou com presença da Secretária de Estado da Habitação (à época), Prof. Dr. Fernanda Rodrigues, da Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Dra. Luísa Salgueiro, do Presidente da Ordem dos Arquitectos, Arq. Avelino Oliveira, e a Arq. Andreia Oliveira, Presidente do Conselho Diretivo Regional. que dirigiram as suas palavras de encorajamento aos profissionais que iniciavam o seu percurso enquanto membros da Ordem dos Arquitectos. A cerimónia foi animada por momentos musicais e entrega de diplomas e ofertas aos Novos Membros.

5

SESSÃO PÚBLICA DE ESCLARECIMENTO
24 janeiro 2024

Decreto-Lei 10/2024 - Simplex

A Sessão Pública de Esclarecimento sobre o Decreto-Lei 10/2024, de 8 de janeiro, teve lugar na biblioteca municipal Almeida Garrett, de modo presencial com transmissão em *streaming*. Organizada pela Ordem dos Arquitectos, a sessão contou com a participação da equipa técnica da OA responsável pelo apoio à prática profissional, juristas da área da legislação urbanística e elementos do corpo diretivo da Ordem dos Arquitectos. A sessão reuniu uma assistência online e em direto de mais de 1800 pessoas, totalizando mais de 24.000 visualizações.



8

DIA DA MULHER
8 março 2024

Mulheres na Arquitetura

Para celebrar o Dia Internacional da Mulher, foram entrevistadas 6 arquitetas, membros da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, para uma reflexão acerca da prática da arquitetura no feminino. As razões que as levaram à escolha da profissão, as dificuldades sentidas, e a condição de mulher no exercício da profissão foram alguns dos temas abordados. Agradecemos às arquitetas Dulce Marques de Almeida, Graça Nieto Guimarães, Teresa Fonseca, Olga Santos, Lara Salgado, Fátima Fernandes pela enorme generosidade ao participarem nesta iniciativa.



6

LANÇAMENTO DE REVISTA
20 março 2024

Acolhimento Sophia Journal Vol. 8

A Secção Regional Norte acolheu o lançamento da revista Sophia Journal Vol. 8, uma edição na intersecção entre a fotografia e a arquitetura. À abertura pela Arq. Adriana Floret, vogal da área da Cultura da SRN, seguiu-se a apresentação do projeto Scopio Editions pelo diretor e Arq. Pedro Leão Neto. Seguiu-se a mesa redonda em formato híbrido moderada por Hugh Campbell, com os editores Igea Troiani (LSBU), João Leal (ESMAD), Mark Durden (USW /eCDR), Rikke Munck Petersen (UCPH) e Teresa Ferreira (FAUP).



9

PRÉMIO FERNANDO TÁVORA
8 abril 2024

Lançamento da nova edição e Conferência da vencedora da 18ª edição

A Arq. Andreia Oliveira, Presidente do Conselho Diretivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, lançou a 20ª edição do Prémio Fernando Távora, revelando a constituição do júri e o regulamento desta edição. Foi apresentada a conferência intitulada "Viagem às Arquiteturas Energéticas Insulares", resultado da proposta vencedora da 18ª edição do prémio, em 2022, pela Arq. Inês Vieira Rodrigues.



10

DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS
18 abril 2024

Sessão dedicada ao Património e visita à sede

Respondendo ao repto do Património Cultural I.P., a Secção Regional Norte celebrou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios com uma sessão dedicada à importância da preservação, salvaguarda e valorização do Património Cultural, que incluiu uma visita ao edifício da Sede - N41º, orientada pelo Arq. Rui Neto, do atelier NPS Arquitectos, responsável pelo projeto. A sessão contou com abertura pela Arq. Andreia Oliveira, Presidente do Conselho Diretivo, seguida das intervenções do Arq. Pedro Baganha, Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, e também da Dra. Raquel Maia, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Porto Vivo SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M.



13

FÓRUM REGIONAL NORTE DAS ORDENS PROFISSIONAIS
23 Maio 2024

Assinatura do Protocolo FORNOP e Conferência sobre Inteligência Artificial

10 entidades representativas das classes profissionais na Região Norte reuniram-se para melhor defenderem os seus valores e interesses comuns, representar no âmbito regional as classes profissionais, partilhar conhecimento e promover iniciativas relevantes para os membros do FORNOP. A primeira iniciativa pública consistiu na Conferência “Inteligência Artificial”, que teve lugar na sede da OASRN, com intervenções de três especialistas da área e moderação do Arq. Décio Ferreira.

11

CONFERÊNCIA SIMPLEX URBANÍSTICO
7 maio 2024

Simplex da Habitação em debate no Porto

A conferência organizada pela Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros, teve lugar na Porto Business School, tendo incluído a assinatura do protocolo desta entidade com a OASRN. A abertura esteve a cargo do Presidente da Ordem dos Arquitectos, Avelino Oliveira, o Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Fernando de Almeida Santos, e o Vice-diretor da Porto Business School, Luís Marques. O Arq. Bruno Marques, Vice-presidente do Conselho Diretivo Regional Norte moderou um dos segmentos com participação do Eng. Miguel Afonso Moreira, Arq. Julião Pinto Leite, e do Dr. Ricardo Maia Magalhães. A Arq. Andreia Oliveira encerrou a sessão.



14

ENCOMENDA
24 maio 2024

Sessão “Construção em Debate - Quadro legal de Contratação Pública”

A área da Encomenda do Conselho Diretivo Regional Norte, organizou uma sessão para expor publicamente a visão e a experiência de organismos públicos que regulam e fiscalizam a contratação pública em Portugal, bem como de outros intervenientes envolvidos, especificamente, na aquisição de serviços de elaboração de projeto e concursos de empreitada de conceção-construção. Participaram representantes do IMPIC, CIMEC, Porto Vivo, SRU, arquitetos concorrentes, AICCOPN, Ordem dos Engenheiros – Região Norte, APPC, Câmara Municipal de Braga, e Metro do Porto, S.A.



12

CONVERSAS SOBRE DEONTOLOGIA
8 maio 2024

Uma abordagem prática ao exercício da profissão

O Conselho de Disciplina Regional Norte realizou uma ação de sensibilização no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante. Após introdução pelo Arq. Nuno Sousa, Presidente do Conselho de Disciplina Regional Norte, e enquadramento sobre as competências deste órgão, o Arq. Nuno Duborjal, relator em procedimentos disciplinares, e a Dra. Helena Almeida, assessora jurídica, descreveram algumas situações de ilícito disciplinar mais recorrentes, o seu enquadramento legal e regulamentar e exemplos práticos. Seguiu-se um debate e esclarecimento de dúvidas com todos os presentes.



15

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA
1 Junho 2024

Sede da OASRN acolheu Oficina Didática

A Secção Regional Norte celebrou o Dia Mundial da Criança com uma iniciativa dedicada aos mais novos. A oficina intitulada “Lupo powered by ArkiPlay” proporcionou às crianças a oportunidade de construir um modelo das várias fachadas da sede da Secção Regional Norte, um exercício lúdico que visou promover o interesse pela arquitetura, física e engenharia, numa abordagem interdisciplinar que incentivou a exploração e a criatividade.

ACONTECEU



16

ARQUITETOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA#3
3 junho 2024

3º Encontro Nacional de Arquitetos da Administração Pública encerrou em Viana do Castelo

A Secção Regional Norte reuniu em debate arquitetos que ocupavam cargos políticos na região norte do país: Benjamim Pereira, o então Presidente da Câmara Municipal de Esposende; Ana Cotter, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães; e Manuel Ferreirinha, Secretário da Junta de Freguesia de Canidelo; bem como arquitetos que trabalhavam em Entidades Públicas: Marcos Castel-Branco, do Instituto de Segurança Social I.P.; Gabriela Silva, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte; e Eurico Rebelo, da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.



19

PRÉMIO FERNANDO TÁVORA
7 outubro 2024

Cerimónia de Anúncio do Vencedor da 20ª edição e Conferência por Mónica Baldaque

A Secção Regional Norte organizou a cerimónia contando com representação do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitetos, e dos parceiros Câmara Municipal de Matosinhos, Casa da Arquitetura, e Fundação Marques da Silva. O programa incluiu uma conferência pela pintora e escritora Mónica Baldaque, Presidente de Júri e Presidente do Círculo Literário Agustina Bessa-Luís, sob o título “Não faço férias, faço viagens”.

17

EXPOSIÇÃO

13 setembro 2024

Ponto e Linha

A Secção Regional Norte acolheu na sua sede uma exposição de pinturas organizada pela Galeria Olga Santos. “Ponto e linha” é um projeto pensado a dois. A artista Rosa Ramos realizou um conjunto de pinturas sobre círculos de papel reciclado e o Arq. Domingos Júnior um conjunto de pinturas e desenhos sobre cadernos em harmónio que se expõem como tiras. O que os liga é uma grande amizade e uma vontade de expor estes trabalhos como sendo complementares.



20

MESA REDONDA

15 outubro 2024

Reabilitação urbana sustentável e circular

O Arq. Bruno Marques, Vice-Presidente do Conselho Diretivo Regional Norte da Ordem dos Arquitetos, foi curador e moderador do painel “Reabilitação urbana sustentável e circular” no âmbito do Summit Sustentabilidade Além Fronteiras. A iniciativa organizada pela Rede do Empresário, teve lugar no dia 15 outubro, no Hotel Porto Palácio.



18

FÓRUM PROFISSIONAL LIBERAL
21 setembro 2024

Participação do Conselho Diretivo Regional Norte

Andreia Oliveira e Bruno Marques, respetivamente Presidente e Vice-presidente do Conselho Diretivo Regional Norte da OA, participaram como oradores no 2º Fórum Profissional Liberal, que se realizou na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, Porto. A iniciativa, que comemorava o Dia Mundial das Profissões Liberais e a Ordem dos Arquitetos, contando com o apoio da Câmara Municipal do Porto. O programa variado incluiu a presença de representantes institucionais ao mais alto nível, e homenagem ao Arq. António Menéres.



21

ENCONTRO
11 novembro 2024

Accessible EU - Ordem dos Arquitectos

A Secção Regional Norte acolheu o evento “A revisão do DL163/2006, uma oportunidade para promover acessibilidade”, organizado pela OA e o Accessible EU, que procurou promover o debate sobre o Regime da Acessibilidade através do intercâmbio de ideias entre técnicos, decisores e a sociedade civil, no sentido de garantir um direito fundamental a todas as pessoas - o acesso a um ambiente construído inclusivo e sustentável.



ARQUITETOS NA EUROPA, MOBILIDADE E SUSTENTABILIDADE

“Cada Estado-Membro pode ser diferente, porque temos origens culturais e leis de construção diferentes(...). Diria que é essa a vitalidade e a beleza da Europa.”

RUTH SHAGEMANN, ARQUITETA | PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU DOS ARQUITETOS

Por **REDAÇÃO**
Entrevistador **BRUNO MARQUES**
Fotos **NUNO ALMENDRA**

À margem da reunião internacional na sede da Ordem dos Arquitectos, em Lisboa, no âmbito da participação da OA na ENACA - Rede Europeia de Autoridades Competentes dos Arquitectos, a 25 de outubro de 2024, a Secção Regional Norte entrevistou Ruth Shagemann, Presidente do Conselho dos Arquitectos da Europa (CAE).

Como vê a evolução do papel dos arquitetos no quadro mais vasto da União Europeia, particularmente em termos de colaboração transfronteiriça?

Em primeiro lugar, um dos temas mais importantes é o reconhecimento do arquiteto na Europa. A profissão goza do notável privilégio de fazer parte da Diretiva das Qualificações Profissionais (DQP), que é como a Bíblia para o reconhecimento da profissão. Esta diretiva descreve os requisitos mínimos que os arquitetos devem cumprir para obterem o reconhecimento automático e poderem circular na Europa. O outro ponto é que, no DQP, no Anexo 5, são indicadas as escolas e os currículos. Quem possuir uma formação que conste deste anexo, está a dar o primeiro passo para o reconhecimento automático. Por isso, a notificação dos currículos das universidades desempenha um papel importante.

Quais são os principais desafios que os arquitetos enfrentam ao navegar nesta diretiva nos diferentes Estados-Membros?

Cada Estado-Membro tem os seus próprios requisitos nacionais para um cidadão se tornar arquiteto. Nos países escandinavos, qualquer pessoa pode trabalhar como arquiteto e usar o título. Não têm uma proteção de título, são regulamentados de uma forma diferente do que, por exemplo, na Alemanha ou na Polónia. Portanto, cada país é diferente, mas temos um mercado único. Assim, todos os Estados-membros concordaram

que os requisitos mínimos estabelecidos no DQP constituem a via para o reconhecimento automático, independentemente das regras aplicáveis a nível nacional. Cada Estado-Membro pode ser diferente, porque temos origens culturais e leis de construção diferentes, mas se quisermos avançar, é necessária uma norma mínima. Diria que é essa a vitalidade e a beleza da Europa. A diversidade é uma coisa maravilhosa de que desfrutamos na Europa.

Que papel acredita que organismos como a Ordem dos Arquitectos e a ENACA desempenham na definição do futuro do ensino da arquitetura e da mobilidade profissional na Europa?

Podemos dizer que o DQP é uma ferramenta que torna possível a mobilidade profissional, é uma peça legislativa impressionante. Data de 2005 e continuamos a acreditar, no Conselho dos Arquitectos da Europa, que não são necessárias alterações aos 11 pontos do artigo 46º - que descrevem o que a formação em arquitetura deve abranger para garantir a competência dos arquitectos - porque o conteúdo está descrito de tal forma que quaisquer novos elementos podem ser resumidos nos pontos existentes sem qualquer problema.

As instituições também desempenham um papel importante. Por exemplo, a ENACA (Rede Europeia de Autoridades Competentes dos Arquitectos) funciona como uma rede técnica porque as autoridades competentes podem ser câmaras ou ministérios, pelo que a ENACA não pode ser política, apenas técnica. Mas aí tentamos resolver os problemas com base na confiança e na compreensão mútua do que se está a passar nos diferentes países.

O Conselho de Arquitectos da Europa é político. No CAE, discutimos efetivamente alterações na legislação que temos de defender. Por outro lado, aprendemos uns com os outros - exemplos de boas práticas que podem ser usados como modelo para outros, por exemplo, para apoiar os países que estão a passar por más experiências. A Ordem dos Arquitectos de Portugal faz parte destas duas entidades e contribui com o seu conhecimento, o que é muito importante. E a nível europeu, o CAE e a ENACA são os únicos locais onde estes intercâmbios podem acontecer. Os arquitectos estão organizados politicamente no CAE e tecnicamente na ENACA.

Como vê o papel dos arquitectos na promoção de soluções sustentáveis, particularmente em projetos que envolvam a renovação de edifícios existentes e com relevância patrimonial?

Até 2019, antes de Ursula von der Leyen iniciar o seu primeiro mandato como Presidente da Comissão Europeia, discutíamos apenas novos edifícios e eficiência energética. Com o Pacto Ecológico, a lei do clima, uma estratégia de renovação e uma reformulação da Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios (EPBD), Ursula van der Leyen iniciou um debate totalmente novo. Ficou muito claro que o parque imobiliário existente e a sua renovação têm um enorme impacto nas alterações climáticas. E foi uma mudança de paradigma.

A mudança de paradigma é também que temos de cuidar da nossa natureza e encontrar formas de a preservar e também de a restaurar,



“A Ordem dos Arquitectos faz parte destas duas entidades e contribui com o seu conhecimento, o que é muito importante.(...) Os arquitectos estão organizados politicamente no CAE e tecnicamente na ENACA.”

o que é um tema novo. Temos, portanto, uma mudança de paradigma em relação a uma série de novos atos legislativos a nível europeu. Isto significa que, de repente, estamos a concentrar-nos no parque imobiliário existente - e esse é um novo mercado, onde os arquitectos são inovadores, qualificados e competentes. Na minha opinião, eles são parte da força motriz, porque trabalham num ecossistema maior. A nível europeu, é importante que todos trabalhem em conjunto: decisores políticos, administradores, arquitectos, urbanistas, engenheiros. Só trabalhando em conjunto conseguiremos fazer a mudança. E há uma enorme carga de trabalho.

Isto está relacionado com o património e a herança. Porque, por um lado, se um edifício está protegido, está assegurado de uma certa forma no que diz respeito à qualidade, mas trata-se de uma percentagem mínima do parque imobiliário global existente. Temos uma enorme percentagem de edifícios culturalmente relevantes dos anos 50, 60, e agora também dos anos 80, que ainda não estão protegidos, mas que continuam a acrescentar valor cultural ao tecido da cidade, ao bairro, criando assim identidade. E temos de olhar atentamente para isso, para podermos manter uma renovação de alta qualidade desta parte do parque imobiliário. Esse vai ser o desafio no futuro. Estamos no meio de uma transformação e os arquitectos têm de encontrar o seu papel.

Se as universidades são os principais locais onde a educação sobre estas questões pode ser providenciada aos estudantes, o que devemos fazer enquanto Ordem para persuadir os nossos colegas que já exercem profissionalmente?

Penso que uma das formas é através de boa formação contínua que as instituições de ensino proporcionam. Também acredito na atribuição de prémios a boas práticas que espelhem a situação em que nos encontramos e que pratiquem a um nível de elevada qualidade. Quando as instituições atribuem prémios, devem verificar os valores que pretendem recompensar. Penso que pode ser muito influente atribuir prémios à arquitetura que lida com a reabilitação, mas também às pequenas intervenções. Nem sempre são as grandes intervenções, mas por vezes são as pequenas que fazem a mudança num bairro. Trata-se também de aumentar a consciencialização e o debate sobre o tema. Penso que a profissão de arquiteto sempre esteve exposta a mudanças e até agora sempre sobreviveu. Não somos os mais entusiastas no que toca à mudança, mas adaptar-nos-emos se a pressão vier do exterior. Trata-se da sobrevivência do mais apto. Por conseguinte, penso que as instituições desempenham um papel muito importante na sensibilização e na defesa junto dos decisores políticos a nível nacional e europeu, bem como junto das estruturas financeiras, como os bancos e as seguradoras, porque estamos realmente inseridos neste enorme ecossistema em que o aspeto financeiro também desempenha um papel importante.

Por conseguinte, gostaria de destacar a recente iniciativa de cidadania europeia que é a “HouseEurope!”. Trata da renovação, da habitação, e tem como objetivo recolher um milhão de assinaturas durante o próximo ano. Se essas assinaturas forem válidas, e por mais de sete Estados-membros,



“(...) pode ser muito influente atribuir prémios à arquitetura que lida com reabilitação, mas também às pequenas intervenções. Nem sempre são as grandes intervenções, mas por vezes são as pequenas que fazem a mudança num bairro.”

a Comissão Europeia tem de responder à legislação proposta. São os cidadãos que solicitam à Comissão que se delibere sobre o assunto, o que é realmente uma abordagem ativa do lado dos arquitetos em relação à Comissão para repensar a sua legislação e, portanto, também serão necessárias muitas assinaturas portuguesas!

Nos últimos anos, mais de 2600 arquitetos portugueses pediram para trabalhar no estrangeiro. Que fatores considera que estão a impulsionar esta tendência na Europa? Há alguma coisa que o Conselho dos Arquitetos da Europa possa fazer para atenuar este êxodo de profissionais dos seus países de origem? Ou acha que isso é positivo?

Tem aspetos positivos e negativos. É positivo porque mostra que o mercado de serviços funciona. Se alguém quiser trabalhar noutra localidade, pode fazê-lo. Se olharmos para o mercado a longo prazo, vemos que os países recetores podem, a certa altura, tornar-se também países exportadores. Por exemplo, na Alemanha, em 2005, quando havia uma recessão no setor da construção, o resto da Europa estava a prosperar. Muitos estudantes de arquitetura alemães foram para Espanha, Reino Unido, Portugal. Mas agora, por exemplo, diria que há seis anos atrás, tínhamos uma situação económica muito boa no setor da construção na Alemanha e tínhamos falta de arquitetos, e jovens arquitetos de Portugal e de outros países vieram trabalhar para a Alemanha. A experiência que os proprietários de gabinetes nos explicaram é que há gabinetes na Alemanha com quatro, cinco, seis nacionalidades diferentes a trabalhar no gabinete e consideram isso valioso. Estes são, por assim dizer, os aspetos positivos.

O aspeto negativo é para o país exportador. Se tantos arquitetos saem de Portugal, ficamos com muito trabalho e menos arquitetos para o realizar. A questão que se coloca é: quem lida com o volume de trabalho em Portugal e será que os arquitetos vão regressar? Investe-se nos jovens, há um investimento também dos gabinetes em empregados, e depois esses empregados vão-se embora. Em geral, diria que é importante para uma profissão manter a mobilidade e, na minha opinião, a consequência deveria ser pensar em como melhorar o ambiente de trabalho no país exportador.

Sei que existe *dumping* em relação aos preços em Portugal, e penso que essa é uma das principais razões que levam as pessoas a sair do país, porque não se ganha dinheiro suficiente, e tem-se uma família, despesas do escritório, habitação, renda... Por isso, digamos que existem diferentes parâmetros económicos que pressionam os arquitetos.

Penso que é muito importante que a situação económica dos países melhore. E isso não pode ser feito pelos arquitetos, porque fazemos parte do sistema. Também é necessário tomar decisões políticas, por exemplo, para acelerar o setor da construção. Podem ser decisões políticas como a tributação para baixar os preços dos imóveis. Por exemplo, as ideias de *community land trust* funcionam muito bem em França, o que significa que o custo da propriedade é separado do custo do edifício, resultando em menos especulação.

Como avalia as condições de trabalho e de remuneração dos arquitetos na Europa? Existem países que são exemplos positivos na criação de ambientes de trabalho que atraem e retêm arquitetos talentosos?

Temos o Estudo Sectorial onde temos uma visão de todos os países e, se bem me lembro, os países escandinavos estão bem posicionados, e depois temos a Itália e Portugal que estão com dificuldades. Não se trata apenas de um problema português. Há vários países numa situação semelhante e, em geral, o salário médio não é elevado para os arquitetos.

Com a digitalização e a introdução de novas tecnologias no setor da construção, como o BIM, que impacto espera que estas ferramentas tenham na prática da arquitetura nos próximos anos e como podem os arquitetos preparar-se para estas mudanças?

A única forma de nos prepararmos é melhorando as nossas competências. Aprender, aprender, aprender. Depois, acredito que terá um grande impacto. Especialmente a inteligência artificial, porque vai mudar não só a profissão de arquiteto, mas todas as profissões intelectuais. Por isso, temos de estar conscientes de que isto está a chegar. Mais uma vez, os arquitetos têm de se adaptar e reconhecer possíveis oportunidades. Por exemplo, com a IA, talvez possamos ter trabalhos repetitivos ou desenhos pormenorizados tratados pela IA. Assim, talvez possamos encontrar outras áreas em que a nossa competência no domínio da inteligência artificial seja mais necessária. Por exemplo, se a IA calcula 1000 possibilidades diferentes para uma parcela, então a questão é: de onde vem a informação? Poderemos fazer parte da gestão do conhecimento da IA? Será que somos donos desse conhecimento? Não o devemos dar de graça. Devemos ser donos do conhecimento que temos enquanto profissionais e não cedê-lo às grandes empresas, como a Google. Portanto, trata-se de organizar o nosso conhecimento digital e também de sermos curadores do resultado, e depois liderar o processo de tomada de decisões que a inteligência artificial apoia através das suas fantásticas possibilidades de cálculo.

Nos anos 90, os arquitetos eram responsáveis pela criação e tínhamos os desenhadores concentrados em produzir desenhos de qualidade. Tínhamos a perceção de que havia mais tempo para pensar nos projetos. Quando o AutoCAD chegou, fez-nos trabalhar mais depressa. Deixámos de ter desenhadores e passámos a dividir o tempo entre a criação e o desenho. Hoje, preocupa-nos que a inteligência artificial nos exija trabalhar ainda mais depressa, porque temos uma ferramenta que supostamente facilita o trabalho. Neste processo, teremos tempo para pensar nos projetos?

Sim, esse é um aspeto interessante. Quanto mais depressa trabalhamos, maior é a velocidade com que se espera que trabalhem. Seremos mais lentos na resposta torna todo o processo mais lento. Talvez devêssemos pensar nas áreas em que o processo pode e deve ser acelerado, para encontrarmos mais tempo para o processo criativo e não sermos pressionados por fatores externos.

Mas, numa nota positiva, apesar destas mudanças, penso que ainda temos grandes exemplos de arquitetura como no passado. Mesmo que a situação seja mais stressante e desconfortável, desde que o resultado seja de qualidade, eu diria que o sistema funciona.

O que não podemos é lidar com um contexto político e económico que nos impede de realizar um bom projeto, com ou sem IA. Penso que isso é muito pior do que qualquer inteligência artificial. Precisamos que os gabinetes sejam capazes de produzir, porque um gabinete é também uma empresa e tem de funcionar em termos financeiros, mas é preciso o reconhecimento pelos decisores políticos de que o trabalho dos arquitetos é para a sociedade.



“O que não podemos é lidar com um contexto político e económico que nos impede de realizar um bom projeto, com ou sem IA. Penso que isso é muito pior do que qualquer inteligência artificial.”



RUTH SHAGEMANN COM OLGA MIHALIKOVA (CHAIR DA ENACA)

R

REABILITAÇÃO URBANA: PATRIMÓNIO E FUTURO

Por **PEDRO BAGANHA** | ARQUITETO | VEREADOR DO PELOURO DO URBANISMO E ESPAÇO PÚBLICO E DO PELOURO DA HABITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO | PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PORTO VIVO, SRU



VISTA AÉREA SOBRE A SEDE DA OASRN. DOCUMENTÁRIO NOVA SEDE. EPPIUR SI MUOVE. (2016)

A reabilitação urbana representa um desafio central para as cidades contemporâneas, obrigando a um exercício de equilíbrio entre a preservação do património histórico e a criação de um legado para as gerações futuras. Em cidades como o Porto, onde a memória coletiva é inseparável dos edifícios e espaços que moldam o seu tecido urbano, a questão patrimonial é fulcral. A valorização do património deve ser entendida como um motor cultural e económico, essencial para enriquecer a vida urbana, atrair novas dinâmicas sociais e impulsionar um desenvolvimento sustentável. A preservação do património construído, e a construção do património novo, são vetores fundamentais numa política de cidade que almeje uma cidade viva e uma comunidade mais justa e dinâmica.

O património de uma cidade não se limita ao que nos foi legado; ele é também o reflexo das escolhas que, em cada momento, fazemos para o futuro. Muito do tecido urbano que hoje está a ser concretizado resulta de decisões de planeamento tomadas lá atrás, no tempo longo da vida da cidade. A verdadeira riqueza patrimonial de uma cidade como o Porto encontra-se na capacidade que vamos encontrando de preservar a sua identidade e, simultaneamente, de nos adaptarmos às necessidades da sua comunidade em constante evolução. Acreditamos que proteger o património não pode, pois, significar impedir a cidade de progredir. Pelo contrário, as novas dinâmicas urbanas devem coexistir com a reinterpretação e a adaptação das pré-existências, por forma a que o passado se converta num recurso vital para o futuro, tanto em termos culturais como económicos.

O exemplo da sede da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte, foco desta publicação, demonstra como intervenções arquitetónicas contemporâneas podem respeitar o passado e, ao mesmo tempo, responder eficazmente às exigências do presente. Projetos desta natureza ilustram bem como a reabilitação urbana se mantém como oportunidade para reinventar a utilidade do edificado, preservando o seu valor simbólico, mantendo intactos os valores patrimoniais pré-existentes, mas ao mesmo tempo operando uma radical transformação na sua utilização. Em última análise, é através destas intervenções que a reabilitação urbana reafirma o seu papel enquanto prática de equilíbrio entre memória e inovação, capaz de transformar as cidades em lugares mais habitáveis e dinâmicos.

Ainda assim, a abordagem à preservação patrimonial aplicada à cidade, e em particular aos seus territórios classificados, é frequentemente desafiada por uma visão demasiado rígida e intransigente, que prioriza a conservação como valor absoluto, recusando a evolução na continuidade. Mas conceitos absolutos, especialmente no que toca ao património e à cidade, raramente se sustentam perante as necessidades reais de

uma sociedade em constante transformação. Mais do que preservar pela preservação, o objetivo da reabilitação urbana deve ser encontrar maneiras de atualizar e requalificar o património, permitindo que ele se mantenha relevante e acessível num contexto urbano moderno. Se esse objetivo for falhado, no longo prazo será a própria comunidade a refutar a pertinência da valorização patrimonial.

Nesta matéria, o papel do arquiteto é essencial. Em Portugal estamos demasiadamente dependentes da função tutelar do Estado, atitude que permite o conforto das consciências individuais, remetendo quase exclusivamente para uma entidade abstrata, mas com agentes concretos – a administração pública – a defesa dos valores coletivos que a todos compete defender. Não cabe apenas ao Estado a tarefa de proteger e regulamentar as intervenções no património; cada arquiteto, enquanto agente de transformação do espaço urbano, partilha esta responsabilidade, esteja ele na profissão liberal, na administração pública, ou na política. O saber específico do arquiteto, e a sua prática profissional, influenciam diretamente a forma como a comunidade se relaciona com o património, tornando-o num recurso vivo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A criação do património do futuro implica, portanto, um compromisso ético que conjuga a preservação com a inovação. É essa a responsabilidade social do arquiteto neste contexto.

A última dimensão que gostaria de referir diz respeito à sustentabilidade, um termo vasto, que tem sido apropriado por diversas disciplinas. Hoje dizer-se sustentável convoca conceitos de ecologia, de sociologia, de economia, ou de ética. Falar de sustentabilidade é convocar todas essas áreas, mas é mais do que isso; trata-se, no essencial, de invocar a relação entre recursos e tempo. Sustentabilidade diz respeito a uma ética na utilização dos recursos existentes, atuando por forma a não onerar as gerações vindouras com a resolução dos problemas atuais. Ser-se sustentável é não deixar passivo futuro, seja económico, social, ambiental ou cultural. É perceber que o património que o passado nos legou é um recurso não renovável do nosso presente, mas é também ter a noção de que a cidade da atualidade será nosso legado para o futuro. A defesa do património histórico tem de ser, portanto, compaginável com a construção do novo património contemporâneo. Trata-se, pois, de perceber que o passado conformou o nosso presente, mas não limita o nosso futuro, antes o valoriza.

Neste quadro, a reabilitação urbana deixa de ser vista apenas como um processo de preservação; é, na realidade, uma prática de responsabilidade coletiva que envolve todos os que atuam sobre o território urbano. Arquitetos, gestores públicos, investidores e cidadãos, todos partilham o dever de contribuir para a criação de uma cidade que

“A valorização do património deve ser entendida como um motor cultural e económico, essencial para enriquecer a vida urbana, atrair novas dinâmicas sociais e impulsionar um desenvolvimento sustentável.”



respeite o seu passado, mas que, ao mesmo tempo, se projete para o futuro. Este compromisso com o futuro, assente numa reinterpretação criteriosa do património, garante que a cidade se adapta às novas necessidades da sociedade sem abdicar dos seus valores fundadores.

Em última análise, é a partir deste sentido de responsabilidade partilhada que construímos cidades que abraçam a transformação como parte do seu percurso natural e que, ao mesmo tempo, respeitam a memória coletiva. A cidade é um organismo vivo, que se expande, se transforma e se adapta às mudanças do tempo e às necessidades de quem a habita. A reabilitação urbana, quando feita com visão e rigor, é o meio de alcançar este equilíbrio, honrando o passado e preparando o caminho para um futuro urbano mais justo, sustentável e inclusivo.

A RUA ÁLVARES CABRAL

O EDIFÍCIO DA OASRN NA GÊNESE DO ESPAÇO

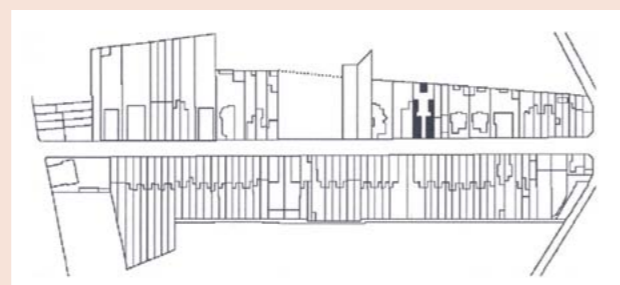
Por **MARIA DO CARMO PIRES**, HISTORIADORA DE ARTE

O edifício sede da OASRN localizado no lado sul da rua Álvares Cabral, da cidade do Porto, integra duas casas mandadas edificar pelo industrial José Gomes Samagaio, gerente da fábrica de Fiação do Jacinto, em 1899. Duas habitações unifamiliares geminadas pelo logradouro, localizadas em dois lotes de 6 metros cada (n.ºs 50 e 52 do loteamento da Quinta dos condes de Resende - 1895) e separadas por outro lote de iguais dimensões (n.º 51). A direção de obra do projeto inicial e de outros prolongar-se-ia até 1925, da responsabilidade de mestres de obras, resultando em imóveis sólidos e funcionais, com dispositivos espaciais adaptados às relações familiares e de sociabilidade. As fachadas forradas a azulejaria azul, pontuadas por platibandas e com cornijas de “bom granito”, serralharia nas varandas, projetam uma imagem de uma classe. Esta Ordem reabilitou e reutilizou dois dos imóveis de um conjunto arquitetónico com interesse patrimonial, classificado como conjunto de interesse público pela Portaria n.º 714/2012, de 7 de dezembro, como podemos ler “[...] O conjunto, essencialmente residencial [...] A apropriação desta rua pelas elites do Porto [...] criou um espaço de distinção social que se mantém nos nossos dias. A frente urbana da Rua de Álvares Cabral conserva igualmente elevado valor arquitetónico, estando preservada a integridade original da maioria dos edifícios, e, portanto, igualmente a coerência e unidade do conjunto. [...]”.

A reapropriação destes edifícios pela OASRN, projetados para residência e reutilizados com outras funções, contribuiu para a criação de uma nova dinâmica urbana, a de conservar traços do passado através de uma reabilitação e adaptação às novas necessidades da cidade.



Fotografia de Paula Torres Peixoto. Outubro 2024



Localização dos edifícios na rua. Arq. Miguel Tomé



Fig. 1 - Santo Ovídio até o Senhor do Olho Vivo (1764). 1- Planta da Igreja da Lapa; 2- Campo de St.º Ovídio; 3- Rua do Almada 4- Entrada oriental Quinta de St.º Ovídio. Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. Id. 332049



Fig. 2 - Projeto do sítio quinta e casa de Santo Ovídio de Manuel de Figueiroa Pinto tirado em vista de Pássaro “por la camera optica”.¹

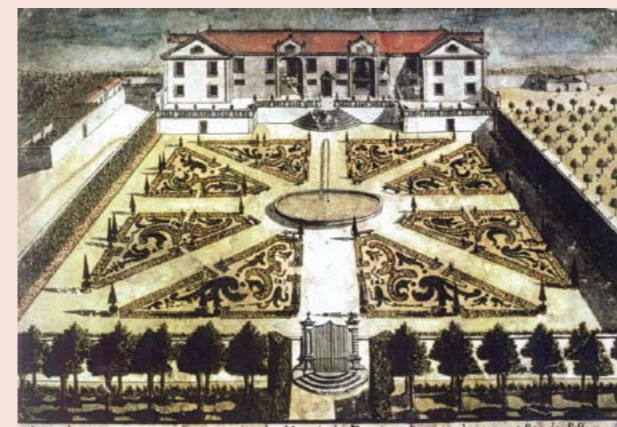


Fig. 3 - Projeto do jardim e casa de Santo Ovídio de Manuel de Figueiroa Pinto tirado em vista de Pássaro¹

¹ Desenhos aguarelados da Casa de Sto. Ovídio de Manuel de Figueiroa Pinto, no Porto, da Família Figueiroa Pinto [Séc. XVIII], gentilmente cedidos pelo 5º Conde de Vila Pouca, Nuno A. A. de Faria Roby.

Estas e outras edificações que integram este conjunto arquitetónico, contribuem para dar a este espaço urbano identidade e carácter. Um lugar que espelha o habitar burguês de finais do séc. XIX e de inícios do séc. XX, um microcosmo da burguesia portuense, materializado por diferentes tipos de arquitetura herdada, utilizada e a preservar.

Um espaço transformado que contém alguns traços do lugar inicial.

Um lugar desaparecido, ainda que dele permaneçam algumas marcas físicas na zona em estudo e referências selecionadas em fontes primárias diversas, alguns documentos iconográficos (fig.s 1 a 5) a par de informações obtidas em fontes manuscritas e impressas que possibilitaram uma reconstituição parcial do espaço gerador da rua.

Um território rural dos arredores da cidade de Seiscentos, uma vasta propriedade foreira ao Priorado de Cedofeita, situada extramuros. Em 1665, a propriedade de rendimento denominava-se Quinta da Boavista, com capela de S. Bento e St.º Ovídio. A quinta de Setecentos documentada na planta de 1764 (fig. 1) e nos desenhos aguarelados (figs. 2 e 3), pertencia ao fidalgo João de Figueiroa Pinto e, mais tarde, ao seu filho Manoel de Figueiroa Pinto (Fidalgo da Casa Real, Alcaide-mor de Portel, Contador da Fazenda Real na cidade do Porto ...) que valorizaram a propriedade de rendimento e recreio, foreira à Colegiada de Cedofeita. Em 1776, mandaram edificar a casa apalaçada e plantar os seus magníficos jardins.

A entrada da Quinta encontra-se representada na planta de 1764 (4), numa altura em que a rua do Almada se encontrava já rasgada (3) e a praça de St.º Ovídio tinha reduzidas dimensões (2). Os desenhos aguarelados são imagens-síntese que indiciam o lugar, a geografia e a história, em composições que ordenam o espaço físico definido pela arquitetura e paisagem. A casa, a Capela de St.º Ovídio, as cocheiras, a escadaria, a alameda, os muros, o jardim/horta/pomar, as árvores, a água, numa geometria que organiza o espaço.

No projeto do “sítio quinta e casa de Santo Ovídio” (fig. 2), de finais do séc. XVIII, vemos um espaço no qual se encontra representada a rua do Almada com uma edificação considerável e qual, ainda, não tinha sido ampliado o Campo de St.º Ovídio, nem aberta a rua da Boavista que seria, posteriormente, aberta

à custa da expropriação de terrenos da propriedade de Manoel de Figueiroa Pinto, o vereador mais antigo da Câmara do Porto e morador na praça.

Numa época de transformação urbana, resultante da sua prosperidade económica e crescimento populacional, impôs-se uma política de expropriações pela Junta das Obras Públicas, surgida da necessidade de criar uma nova cidade, regular, ampla, com traçados retilíneos que facilitassem a circulação dentro dela ou entre ela e as periferias.

Da análise das duas gravuras de Vilanova de 1833 (figs. 4 e 5), constatámos existir uma continuidade do espaço aristocrático, agora designado por Quinta de St^o Ovídio, da Boavista, dos Pamplonas e, mais tarde, dos condes de Resende.

A entrada principal desta quinta de rendimento e recreio, situada a oriente (fig. 4), voltada para o Campo da Regeneração, encontrava-se separada por muro com acesso a um edifício apalaçado sóbrio e austero, de planta regular de cantaria e alvenaria.

A fachada posterior (fig. 5), voltada para a rua de Cedofeita, também ela sóbria, mas mais imponente e de composição mais complexa, com uma ampla escadaria e balaustrada no terraço, abria-se para um amplo/vasto jardim e fonte – importante núcleo de convívio familiar e de sociabilidade desejada. Este espaço integrava, ainda, horta, pomar, campos de cultivo, pastagens e ramadas, remetendo para uma atividade predominantemente agrícola. Esta quinta era abastecida de água que chegava de por dois aquedutos subterrâneos das minas de Paranhos/Mina de S. Brás e a de Gonçalo Cristóvão (mina da Fonte) e mina com nascente do seu interior.

Em 30 de janeiro de 1892, os condes de Resende iniciaram um longo e problemático processo judicial que duraria até 1895, para alienação da quinta, herança da condessa viúva, D. Maria Balbina Pamplona, aos netos menores, numa tentativa de a manter intacta, conhecedora que era da difícil situação financeira do de D. Manuel (6^o conde de Resende). O contencioso terminou com a venda da quinta e o loteamento (144 lotes de 6 metros cada) para edificações urbanas (fig. 7).

A rua Álvares Cabral seria, finalmente, aberta e oferecida à Câmara, em 1898, pelo conde de Resende.

De um amplo e único espaço aristocrático adaptado aos códigos sociais dos séculos XVIII e XIX, passou-se ao seu fracionamento e ocupação pela



Fig. 4 - 1833 - Desenho da entrada oriental Casa Pamplona. VILANOVA, J. C. V. - Edifícios do Porto em 1833. Cortesia da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1479



Fig. 5 - 1833 - Desenho da entrada ocidental Casa Pamplona. VILANOVA, J. C. V. - Edifícios do Porto em 1833. Cortesia da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1479

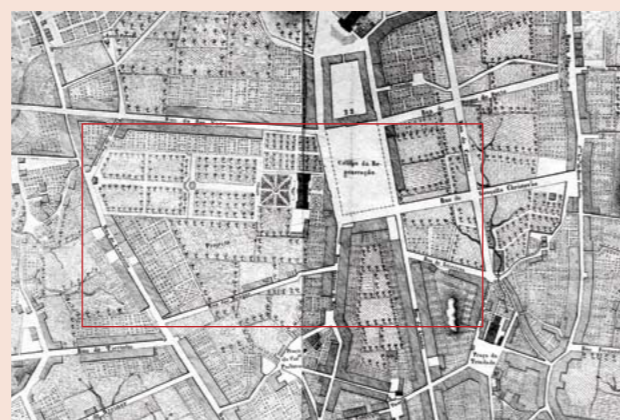


Fig. 6 - 1839 - Planta topográfica da cidade do Porto, Joaquim da Costa Lima [pormenor]. Cortesia da Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. Id. 812095

burguesia portuense, refletindo as mudanças da conjuntura política, económica, social e cultural da cidade e do país.

Os lotes foram arrematados entre 1896 e 1905, por uma clientela que pertencia maioritariamente à alta e média burguesia, procurando usufruir de conforto e bem-estar numa zona residencial mais arejada e servida abundantemente de água (67 penas de água das minas de S. Brás, da Fonte e da nascente do interior da quinta). Criava-se, assim, um novo espaço residencial de forte distinção social, ainda hoje presente.

Como podemos observar na fotografia aérea da rua e na sobreposição da planta de loteamento da quinta de Oitocentos (fig. 8), os limites desta propriedade correspondem ao seu traçado e imóveis e a própria rua corresponde ao principal eixo de circulação no interior da quinta que orientava os percursos

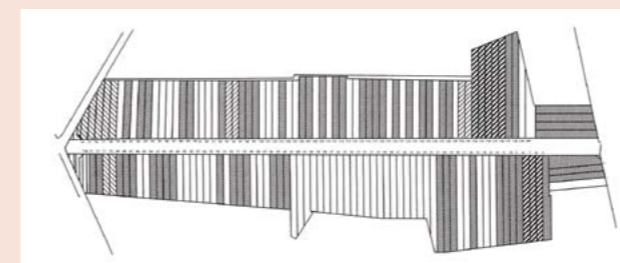


Fig. 7 - Loteamento da Quinta de St. o Ovídio, 1895. Arq. Miguel Tomé



Fig. 8 - Rua Álvares Cabral - fotografia aérea (AHMP) com sobreposição da planta do loteamento da Quinta dos Condes de Resende, 1895 (ADP). Cortesia da Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. Id. 587781

na mesma direção e nos mesmos sentidos da rua. É ainda visível a viela de servidão, resultante do estreitamento da antiga viela do Marão, no limite norte entre os logradouros da rua da Boavista (lado sul) e os da rua (lado norte).

A construção da quase totalidade dos edifícios realizou-se entre 1897 e 1912, orientados para residências unifamiliares. Em finais dos anos vinte, começariam a surgir imóveis de habitação plurifamiliar ou unifamiliar de linguagens *art déco* e modernistas, da autoria de arquitetos de referência da cidade (Aucindio Ferreira dos Santos, Rogério Azevedo, João Queirós, José Ferreira Peneda, Júlio José de Brito ...) e engenheiros (Joaquim Mendes Jorge, Antão de Almeida Garrett, Bastian ...) num trabalho de parceria.

Neste eixo viário retilíneo, comprido, faz-se uma primeira leitura em que se impõe um alinhamento e unidade de sucessivas, sólidas e estreitas fachadas de frente de rua, mas, uma outra mais atenta, permite detetar diferenças e variedade nessas fachadas. No alçado norte, as estreitas e repetidas fachadas correspondem ao loteamento inicial, um conjunto arquitetónico mais regular, em banda uniforme e repetitivo, com algumas variantes do tipo dominante, criando um impacto pela sua uniformidade estrutural e morfológica da frente de rua. No alçado sul, o conjunto do edificado é mais diversificado, verifica-se uma maior hierarquização e distinção das edificações. Aqui, os lotes associaram-se e ampliaram a volumetria de edifícios de prestígio, – palacetes de grafias antigas e modernas.

A maior parte do edificado integra habitações unifamiliares e a sociabilidade foi lida a partir do número e da distribuição dos dispositivos espaciais (sala, de visitas, salão, escritório, gabinetes). Nos edifícios mais modernos, habitação plurifamiliar, notou-se uma clara redução e simplificação das áreas do espaço habitado e o desaparecimento de algumas peças mono funcionais (biblioteca, gabinete sala de visitas) e o aparecimento de dispositivos plurifuncionais.

Verifica-se uma persistência das formas de habitar, um conservadorismo da casa ligado à continuidade de práticas domésticas e relações familiares, nas tipologias em que o telhado de duas ou mais águas persistiu, dos materiais em que o perpiano continuou a ser preferido, numa época em que o betão era utilizado. O cliente continuava a impor determinadas práticas construtivas.



Casas de:

- | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| 1. António Eduardo Glama | 7. António José Gomes Samagaio | 13. Joaquim Emílio Pinto Leite |
| 2. António Maria Lopes | 8. António Coelho de Sá, | 14. Ernesto António Lopes e |
| 3. Eduardo Augusto Martins Júnior | 9. Álvaro Ferreira Alves e Irmão | Alberto Nunes de Mattos. |
| 4. Júlia Moreira Neves | 10. Antonino Recaredo Cruz | 15. Dionysio Pereira dos Santos |
| 5. António Vieira da Silva Júnior | 11. Fernanda Pinto da Rocha | 16. Conde Alves Machado |
| 6. Crispim José da Rocha | 12. Simão Pinto de Sousa | |

ROTEIRO RUA ÁLVARES CABRAL. PORTO

Por JOSÉ PEDRO TENREIRO, MARIA DO CARMO PIRES, PAULA TORRES PEIXOTO



Alçado Sul - Metade nascente (acima) e metade poente (abaixo). Arq. Miguel Tomé



Alçado Norte - metade nascente (acima) e metade poente (abaixo). Arq. Miguel Tomé

A Rua de Álvares Cabral foi objeto de classificação patrimonial (dezembro de 2012) como conjunto arquitetónico de interesse público. O valor patrimonial da rua reside na coerência visual das fachadas e na variedade tipológica dos edifícios que, ao longo dos anos, mantiveram a sua harmonia original até aos dias de hoje. A maioria das construções segue a tipologia de moradias unifamiliares geminadas em banda, fator que confere uma unidade a este conjunto arquitetónico. Além disso, as diferenças entre o lado norte, mais uniforme, e o sul, onde se implantam construções diversificadas, desde palacetes a edifícios habitacionais plurifamiliares, sublinham a riqueza da diversidade tipológica da rua.

A rua espelha o habitar da alta e da média burguesia portuense nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, originada a partir do loteamento de uma quinta Setecentista.

A elaboração deste roteiro pressupõe da nossa parte a seleção de alguns edifícios que obedeceram a critérios relacionados com a sua tipologia: Palacete, Casa-Grande, Casa em Banda, Habitação Plurifamiliar e Oficina. Descartaram-se as que em tempos fizeram parte da rua, mas que hoje só as conhecemos através de documentação gráfica e/ou escrita.

De sublinhar que grande parte das edificações da década de 30 do séc. XX não obedecem ao loteamento da quinta. No lado sul, são exemplo os lotes 28 a 30 vendidos nesta década; no lado norte, considerou-se, a título de exemplo, os lotes 73 a 78 onde posteriormente à sua arrematação foram construídos barracões e oficinas de marcenaria.

As casas espelham as opções estéticas dos seus proprietários, encontrando-se exemplos de uma estilização que vai desde o gosto neoclássico, aos influos *beauxartianos* e revivalistas, estendendo-se até ao modernismo.

Associada à identificação dos proprietários das casas, acrescentou-se, para melhor entendimento do seu estatuto social, a profissão/atividade principal dos proprietários socorrendo-nos, para isso, das fontes disponíveis.

Os técnicos que participaram na construção da casa desde o arquiteto, ao condutor de obras públicas, ao mestre-de-obras e ao engenheiro também são mencionados sempre que as fontes nos permitiram.

Alçado Sul



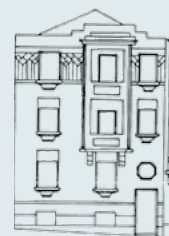
1
Lotes nºs: 9-12
Nº 384
Casa de: António Eduardo Glama, negociante, armador de navios.
Data: 1899
Técnicos: José Joaquim Mendes, m.o.; João Mattos, eng.
Tipologia: Palacete



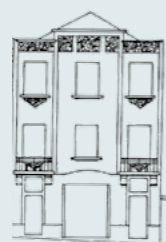
2
Lotes nºs: 22-25
Nº 306
Casa de: António Maria Lopes
Datas: 1930, 1932
Técnicos: Aucíndio Ferreira dos Santos, arq.; Joaquim Mendes Jorge, eng.
Tipologia: Palacete



3
Lotes nºs: 26-27
Nº 294
Casa de: Eduardo Augusto Martins Júnior.
Datas: 1930, 1931
Técnicos: João Queirós, arq.
Tipologia: Habitação unifamiliar



4
Lotes nºs: 28-29
Nº 288
Casa de: Júlia Moreira Neves
Data: 1930
Técnico: João Queiroz, arq.
Tipologia: Habitação plurifamiliar



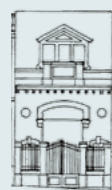
5
Lotes nºs: 29-30
Nº s 272; 264
Casa de: António Vieira da Silva Júnior.
Datas: 1931, 1935
Técnicos: Joaquim Mendes Jorge, eng.; José Coelho de Freitas, c.c.; Antão de Almeida Garrett, eng.
Tipologia: habitação unifamiliar



6
Lotes nºs: 44-46
Nº 184
Casa de: Crispim José da Rocha.
Datas: 1937, 1939
Técnicos: José Ferreira Penêda, arq.; José Fernandes da Silva, arq.; Manoel da Silva Passos Júnior, arq.
Tipologia: habitação unifamiliar



7
Lotes nºs: 50-52
Nºs 150; 136
Casas de: António José Gomes Samagaio, gerente de fábrica
Datas: 1899, 1909, 1917, 1925.
Técnico: Zeferino de Souza, m.o.
Tipologia: Habitação unifamiliar geminada pelo logradouro

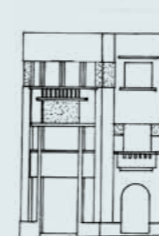


8
Lote nº: 54
Nº 126
Casa de: António Coelho de Sá, marmorista.
Data: 1901.
Técnico: Estevão Eduardo Augusto Silva Leitão, c.o.p.
Tipologia: Oficina



9
Lote nº: 72
Nº 20
Casa de: Álvaro Ferreira Alves e Irmão, negociante, m.o.
Datas: 1930, 1931.
Técnico: Rogério dos Santos Azevedo, arq.
Tipologia: Habitação plurifamiliar

Alçado Norte



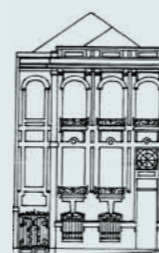
10
Lotes nºs: 73-74
Travessa da Figueiroa/Rua Álvares Cabral
Casa de: Antonino Recaredo Cruz.
Datas: 1935, 1945.
Técnicos: Aucíndio Ferreira dos Santos, arq.; Joaquim Mendes Jorge, eng.; José Maria Moura da Costa, arq..
Tipologia: Habitação mista



11
Lotes nºs: 74-76
Nºs 9; 17
Casa de: Fernanda Pinto da Rocha.
Data: 1937.
Técnico: António Ferreira da Silva Janeiro, arq.
Tipologia: Habitação plurifamiliar



12
Lotes nºs: 76-78
Nºs 23; 27; 29; 31
Casa de: Simão Pinto de Sousa.
Data: 1936.
Técnicos: José Ferreira Penêda, arq.; Augusto Barata da Rocha, eng..
Tipologia: Habitação mista



13
Lotes nºs: 113-114
Nº 245
Casa de: Joaquim Emílio Pinto Leite, banqueiro.
Data: 1907.
Técnico: Francisco David Fernandes de Andrade, m.o.
Tipologia: Habitação unifamiliar



14
Lotes nºs: 114-118
Nºs 259; 263
Casas de: Ernesto António Lopes, sócio de fábrica; Alberto Nunes de Mattos.
Datas: 1901, 1902.
Técnicos: Joaquim de Souza Moreira, m.o.; Arnaldo Casimiro Barbosa, eng; António Rigaud Nogueira, eng.
Tipologia: Casa Grande geminada pelo logradouro



15
Lotes nº s: 132-138
Nºs 363; 369; 371; 377; 383
Casas de: Dionysio Pereira dos Santos, capitalista.
Datas: 1902, 1904.
Técnico: José Joaquim Mendes, m.o.
Tipologia: Habitação unifamiliar geminada em banda, conjunto centralizado



16
Lotes nº s: 141-144
Nºs 75, Praça da República
Casa de: Conde Alves Machado.
Data: 1898.
Técnicos: José Joaquim Mendes, m.o.; Estevão Torres, eng.
Tipologia: Palacete

PROJETO DO EDIFÍCIO SEDE DA SECÇÃO REGIONAL NORTE

MEMÓRIA DESCRITIVA

“(…) apercebemo-nos de duas verdades: uma, é que um grande monumento tem valor em seu ambiente de visuais, de espaços, de massas e de cor no qual foi erguido...; a outra, é que o aspeto típico das cidades ou povoados e o seu essencial valor de Arte e de história com frequência residem, sobretudo, na manifestação coletiva dada pelo esquema topográfico, nos agrupamentos construtivos, na vida arquitetónica expressa nas obras menores.”¹

Por **NPS ARQUITECTOS**

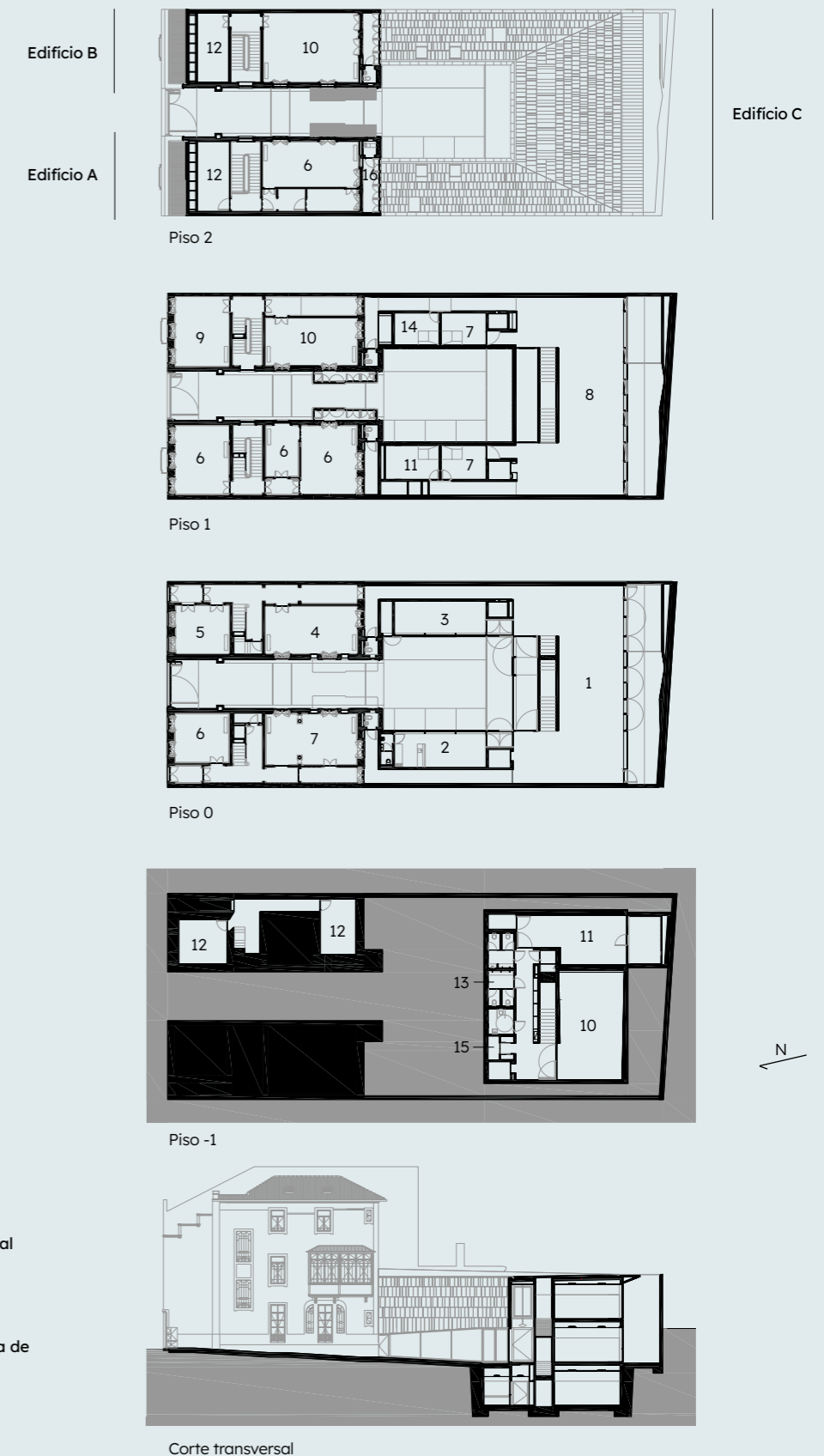
Embora não consideremos o valor intrínseco das edificações existentes como sendo obras menores, as mesmas fazem parte de um conjunto edificado de elevado valor patrimonial (artístico e histórico) e é nessa natureza coletiva que reside uma parte significativa da sua relevância. É neste contexto que a Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos decidiu adquirir as duas edificações e nelas instalar a sua sede.

A conceção do projeto priorizou o património existente ao anúncio da arquitetura contemporânea. Qualquer que fosse a conceção de projeto, ela seria sempre crítica, manifestando por si só uma atualidade e contemporaneidade à intervenção. Com base nessa evidência adotou-se uma narrativa de diálogo, através de uma nova unidade de conjunto com a prevalência do edificado existente sobre a simplicidade da edificação nova.

Os objetivos prioritários concentraram-se na preservação e conservação do conjunto edificado existente e na dinamização do logradouro.

De acordo com o princípio de adaptar-se o programa necessário para as novas funções em relação à configuração/compartimentação dos espaços existentes, houve a necessidade de se construir uma edificação de raiz para acomodar os espaços de maiores dimensões. Ao mesmo tempo que pretendíamos que a nossa ação fosse o mais respeitosa possível, foi necessário tomar uma decisão de projeto que implicou uma atuação contemporânea. Para viabilizar o novo uso mantiveram-se as duas edificações do projeto inicial, mas os anexos localizados no interior do logradouro (cozinhas e garagem) tiveram de ser “sacrificados”, tendo sido demolidos para dar lugar a uma construção de raiz.

¹ Trad. de Beatriz Mugayar Kühl de Gustavo Giovannoni, *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, Milano-Torino, Città Studi, 1995.



O estado de conservação das edificações existentes era distinto. A edificação poente apresentava um relativo estado de conservação, apenas comprometido pela presença de infiltrações que originaram algumas lacunas em tetos. A edificação nascente, ao contrário da poente, evidenciava um elevado estado de degradação, em parte devido ao colapso parcial da cobertura, resultado da falta de manutenção, e também devido a sinais de um incêndio interior de reduzida dimensão. Os pavimentos, paredes e tetos existentes estavam seriamente comprometidos.

Em função das condicionantes anteriormente descritas, foram estabelecidos três princípios de intervenção: conservação/restauro, reabilitação e construção. Seguidamente, designaremos o edifício poente, que estava em relativas condições de conservação, como o edifício A, e que foi alvo de conservação e restauro. Designaremos o edifício nascente, que apresentava elevado estado de degradação, como edifício B e que foi reabilitado e, por último, designaremos como edifício C a construção de raiz.

A organização funcional foi estabelecida pela introdução das valências públicas e de maiores dimensões no edifício C (construído de raiz), as valências privadas e semipúblicas no edifício B (reabilitado) e as valências privadas no edifício A (restaurado).

O acesso público é feito através do logradouro existente, agora sob a forma de um pátio central devido à implantação da nova edificação onde estão localizadas a livraria e a cafetaria. Esta solução possibilitará uma dinamização maior do pátio central. O espaço torna-se assim aberto à cidade, um espaço democrático e atual, que se quer vivido além do seu uso institucional.

A introdução de soluções técnicas nos edifícios existentes revelou-se um desafio. Entre as soluções técnicas implementadas para melhoria da qualidade do ar interior, destacam-se a introdução de equipamentos de ventilação e climatização nos espaços interiores dos edifícios existentes, substituição das caixilharias exteriores existentes por novas com vidros duplos de baixa emissividade e, no caso do edifício B, a reabilitar, a introdução de isolamento térmico na face interior dos paramentos exteriores. Esta última opção não foi considerada para o edifício A, a restaurar, devido ao valor patrimonial das pinturas e elementos decorativos das paredes interiores.

A ventilação e climatização dos espaços interiores dos edifícios existentes foi resolvida através da introdução de equipamentos integrados nas soluções de mobiliário, com uma linguagem elementar e discreta, em contraste com o requinte e exuberância decorativa dos elementos arquitetónicos existentes. O atravessamento horizontal das condutas das infraestruturas foi executado no interior dos pavimentos, aproveitando a obrigatória substituição dos soalhos existentes. O atravessamento vertical foi executado nas instalações sanitárias instaladas no alçado tardoz. Os ventiladores estão localizados nos desvãos das coberturas com comunicação direta para o exterior através de mansardas com grelhas ventiladas.

Edifício A

O Edifício A alberga as áreas administrativas da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte, nomeadamente os pelouros. Devido ao seu estado de conservação e da elevada qualidade dos seus elementos arquitetónicos e dos bens integrados, nomeadamente os estuques, as superfícies policromáticas das paredes e tetos, bem como os detalhes das carpintarias (lambrins, esquadrias, guarnições interiores, portadas, guarda-corpos dos lanços da caixa de escadas), foi alvo de conservação e restauro, mantendo as compartimentações originais. Os elementos que tiveram de ser substituídos, devido ao seu estado de conservação, foram as caixilharias exteriores e os soalhos.

Em ambas as situações foram executadas caixilharias exteriores em madeira, com desenho em tudo igual ao existente, sendo introduzidos vidros duplos. Os soalhos foram executados

de acordo com a estereotomia existente, montados sob uma base rígida contínua em painéis compósitos e manta acústica com o objetivo de melhorar o seu comportamento acústico.

Das operações de conservação e restauro destacam-se a limpeza, consolidação e proteção de materiais de pedra, o restauro de rebocos, a colmatação de lacunas em tetos, a intervenção em elementos de madeira, a conservação de azulejos e estuques decorativos.

As infraestruturas, designadamente as instalações elétricas e telecomunicações, foram executadas através da remoção dos lambrins existentes, execução de negativos para passagem das cablagens e posterior reaplicação dos lambrins. A presença das infraestruturas é visível apenas através de caixas de pavimento. Todos os pontos de iluminação são “autónomos” das paredes. Esta estratégia permitiu dotar os edifícios de condições técnicas de acordo com a legislação atual e, ao mesmo tempo, manter intactas as paredes.

Edifício B

No edifício B foram instalados espaços semipúblicos, no piso térreo, biblioteca e arquivo e nos pisos superiores espaços de formação e a sala do arquitectos

Em função do seu elevado estado de degradação, foi alvo de reabilitação profunda. O estado de conservação geral do edifício estava bastante comprometido, em parte devido ao colapso parcial da cobertura e aos indícios de um incêndio no seu interior. Embora tenha sido alvo de uma reabilitação profunda, a compartimentação dos espaços, sempre que possível, foi mantida tendo como referência o edifício A e a documentação existente.

Foram no entanto promovidas ações que alteraram assumidamente algumas das suas espacialidades, nomeadamente na introdução de uma rampa no corredor de ligação com o edifício C. Nesta tipologia de intervenção, ao contrário da conservação e restauro adotada no edifício A, foram promovidas e priorizadas adaptações que respondessem a pressupostos mais funcionais. Para assumir claramente a intervenção atual, foram depurados e simplificados os antigos elementos decorativos que se perderam, através da utilização de uma linguagem elementar. Isso torna-se evidente nos lambrins e rodapés.

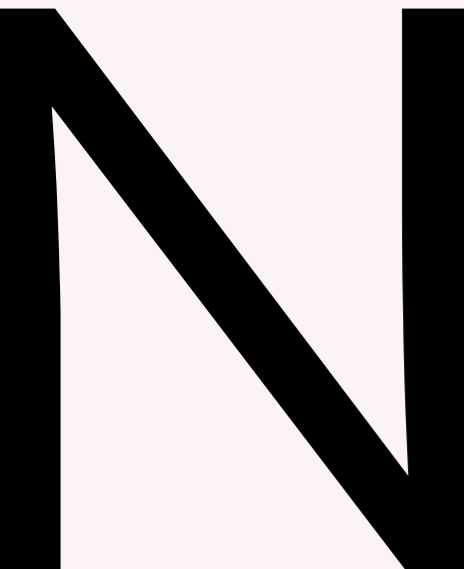
Edifício C

A implantação da construção de raiz é feita no interior do terreno e tem três pisos, um em subsolo, piso térreo e piso superior. Neste volume, estão localizados espaços públicos e semi-públicos entre os quais, a secretaria, a sala polivalente, o espaço co-working e/ou de exposição, a sala de formação, a livraria, a cafetaria, bem como as áreas técnicas no piso em subsolo.

O edifício novo, com implantação em “U” deu origem a um pátio central principal e um pátio secundário de remate. Esta edificação permitiu unir física e espacialmente os edifícios existentes, criando uma permeabilidade e comunicação entre todos os espaços existentes e propostos.

Implantada no logradouro, o acesso é feito através de um percurso rampeado, cujo objetivo foi permitir que a edificação nova tivesse uma cêrcea menor que as edificações existentes, suavizando assim as relações volumétricas. Além disso, pretendia-se que a presença física da nova construção fosse discreta em relação à via pública. Embora a construção tenha uma presença e carácter assumidamente novos, interessou, sobretudo, enfatizar a identidade dos edifícios existentes.

O revestimento das fachadas e da cobertura do edifício é em granito, num sistema de fachada ventilada e as caixilharias são em madeira maciça lacada. Esta opção, devido ao cuidado em trabalhar a cobertura como um alçado, permitiu criar um “invólucro” que, suspenso por uma cortina de vidro, alberga e acolhe os espaços mais públicos. O efeito de “suspensão” foi provocado através do detalhe das caixilharias exteriores, que “integraram” os perfis metálicos da estrutura.



SOBRE O NORTE 41°

Por **EQUIPA DO NORTE 41° - CENTRO DE ARQUITETURA, CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE**

Em 2002, a Ordem dos Arquitectos adquiriu duas habitações geminadas, com logradouro comum, datadas do final do século XIX e localizadas na Rua Álvares Cabral, que em 2004 viriam a ser objeto de concurso público para a instalação da sede da OASRN. O processo de licenciamento foi deferido em 2008, ano em que a OASRN decidiu que os edifícios, para além de garantirem o funcionamento dos serviços da Ordem, deveriam constituir-se como uma referência e caso de estudo no campo da reabilitação de imóveis com valor patrimonial, com a aplicação de técnicas que permitam conciliar os parâmetros de sustentabilidade e as exigências de respeito pela sua integridade patrimonial.

Apresentada candidatura ao programa ON.2, o projeto obteve, em 2013, financiamento de 85% pelo QREN e de 7,6% pela Câmara Municipal do Porto. Sendo o financiamento garantido, no total, de 92,6%.

Desta forma o Norte 41° constituiu-se como um Centro de Arquitetura, Criatividade e Sustentabilidade

integrado na orgânica da OASRN, com o objetivo de promover projetos de investigação, formação, divulgação e debate de temas emergentes na prática profissional do arquiteto. A sua designação refere o paralelo geográfico Norte 41° que interliga cidades fundamentais para a História da Arquitetura, como Barcelona, Roma, Chicago, Nova Iorque, Istambul ou Tbilissi. Esta vocação e envolvimento internacional permitiu a concretização concertada da reabilitação e construção da atual sede da OASRN, inaugurada em 2016, pensada como um projeto-piloto que integrou um conjunto de atividades dirigidas à reflexão sobre a regeneração urbana sustentável com capacidade e vocação para estimular processos de reabilitação análogos.

Dada a importância do Norte 41°, a OASRN comprometeu-se, no âmbito do ON.2, a garantir a continuidade do projeto no tempo longo através da criação de um Centro de Estudos, em 2018.

A obra (1ª fase: 2014-2016)

A primeira fase do projeto Norte 41°, de 2014 a 2016, debruçou-se sobre a concretização da obra de reabilitação, restauro e ampliação da atual sede da OASRN, segundo premissas de qualificação do espaço público, capacidade de desenvolvimento económico, social e cultural, que permitissem a capacitação da comunidade local como elemento fundamental para a regeneração urbana na cidade do Porto.

Na prática esta fase dividiu-se em quatro linhas de atuação:

1. Mobilização da Comunidade, através de iniciativas como o Prémio Arquétipo, prémio bienal de criatividade e sustentabilidade, com bolsa de investigação para o desenvolvimento de uma proposta sustentável para o espaço arquitetónico.

O Prémio ARQUÉTIPO foi instituído com o objetivo de incentivar o desenvolvimento ou [re]invenção de produtos, conceitos ou técnicas, com aplicabilidade direta no setor da construção, dando resposta às necessidades e tendências desse mercado, que se pretende dinamizar/ reinventar /valorizar.

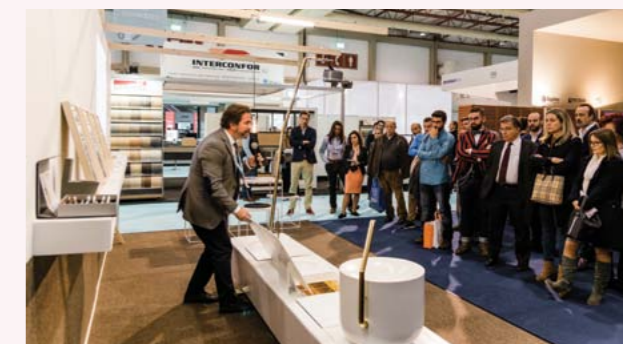
Para tal aposta-se numa interação entre arquitetos, principais prescritores de materiais e equipamentos e, como tal, conhecedores privilegiados das necessidades do sector, e empresas ligadas à produção de materiais de construção, de acabamentos e/ou revestimentos, bem como de quaisquer peças e/ou equipamentos complementares à conceção da arquitetura dos espaços.

Pelo conhecimento privilegiado que o arquiteto detém do sector e das necessidades dos vários agentes que neste operam, pela forte componente interdisciplinar presente na sua formação, pelo forte desenvolvimento da capacidade de visualização espacial/ construtiva, pela particular vocação para uma resposta rigorosa, fruto da particular exigência das tarefas que lhe são cometidas, pode ser integrado no processo criativo ligado à investigação de novas soluções/ técnicas construtivas como elemento potenciador de inovação nas empresas vocacionadas para a produção.

Deste modo, invertendo-se a lógica tradicional, passando o arquiteto a ser agente ativo do processo criativo e acompanhando o processo de produção de



Inauguração da Sede da OASRN pelo então Ministro do Ambiente, Eng. João Pedro Matos Fernandes



Pedro Devesas, vencedor da 1ª edição do Prémio Arquétipo, apresenta o protótipo UNIWC, desenvolvido com a Archvaladares, na Concreta 2019



O vencedor da 2ª edição Jeremy Pernet investigou a construção em pedra maciça com a empresa Filstone

materiais, produtos e/ou equipamentos desde a sua conceção, garantir-se-á um maior êxito na introdução do produto no mercado.

2. Promoção da informação, decorrente do trabalho em torno da sede da OASRN como objeto pedagógico, que permita a divulgação de boas práticas de eco-inovação e sustentabilidade na área da construção e dos hábitos sociais, que estimulem a participação de arquitetos, urbanistas, artistas, geógrafos, sociólogos, investigadores de diversas áreas do conhecimento e dos cidadãos no debate arquitetónico.

Neste âmbito a OASRN abriu, ao público em geral, um Centro Documental (Arquivo) e uma biblioteca. Para os membros, assegurou salas de formação e capacitou-se como entidade certificada nas áreas de Arquitectura e Urbanismo (581), Construção Civil e Engenharia Civil (582), Higiene e Segurança no Trabalho (862), Desenvolvimento Pessoal (090) e Direito (380).

3. Sensibilização junto da comunidade, sobre matérias de sustentabilidade ambiental, económica e social, no âmbito do ambiente construído.

4. Promoção de inovação, tomando a sede da OASRN como caso de estudo, através da monitorização regular e avaliação das medidas arquitetónicas, construtivas e funcionais adotadas, capaz de as potenciar, melhorar e reequacionar, produzindo informação técnica fundamental para a Arquitectura com valor patrimonial e para o trabalho desenvolvido por entidades parceiras, como por exemplo, na área da eficiência energética, a AdePorto.

No âmbito do projeto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade, a OASRN assumiu a realização de quatro seminários:

1. 2012 (1ª edição) - Regeneração e Reabilitação Urbana, Casa da Música, organizado pela OASRN e pela Ordem dos Engenheiros – Secção Regional Norte, comissariado pelo Arq.º Eduardo Souto de Moura e Eng.º José Novais Barbosa;

2. 2013 (2ª edição) - A Cidade resgatada. Reabilitar a cidade (re)desenhando-a, Casa das Artes, organizado pela OASRN;

3. 2016 (3ª edição) - A Cidade Informal – Estratégias de Inclusão, sede da OASRN, organizado pela OASRN, inserido nas Jornadas Europeias do

Património 2016, comissariado pelos arquitetos Inês Calor e Manuel Luís Rodrigues.

4. 2022 (4ª edição) - 2051: Odisseia dos Espaços. (Eco)Ficções do ambiente construído, em Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real e Porto, organizado pela OASRN/CEN41º em articulação com a plataforma Architects Declare Portugal.



Seminário “Regeneração e Reabilitação Urbana”, na Casa da Música



Eduardo Souto de Moura no Seminário “A Cidade resgatada. Reabilitar a cidade (re)desenhando-a”. Fotografia cedida por Anabela Trindade / CGD



Visita à zona de Couros, Guimarães, no Seminário “2051: Odisseia dos Espaços. (Eco)Ficções do ambiente construído”

O Centro de Estudos (2ª fase: 2018-...)

A segunda fase do Norte 41º, estimulada pela comemoração dos vinte anos da Ordem dos Arquitectos, corresponde à criação, em 2018, do Centro de Estudos Norte 41º (CEN41º), que tem como principal premissa a congregação, cooperação e promoção de projetos de investigação, formação, divulgação e debate de temas emergentes na prática profissional do arquiteto, com o objetivo de disponibilizar novas ferramentas e soluções para os problemas atuais do setor. Afirmar-se como um espaço de promoção do conhecimento, de confluência entre a produção académica multidisciplinar e a profissão, de interligação da profissão e da OASRN com a sociedade em geral. Congregar e produzir informação que assinala a presença dos arquitetos no espaço público, influenciando a discussão pública e a agenda em questões legislativas, sociais e estratégicas ligadas à Arquitectura, nos seus vários aspetos e manifestações (profissão, território, urbanismo, construção), no enquadramento cada vez mais premente da preocupação com a sustentabilidade, a eficiência no uso dos recursos existentes, e a transição para a economia circular.

O primeiro projeto de investigação realizado neste âmbito foi o Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal / PESA.

Perante um mercado decrescente, com lenta recuperação nos anos pré-pandemia, e uma concorrência crescente, a OASRN decidiu avançar com uma reflexão sobre o setor da Arquitectura no Norte de Portugal.

A insuficiência de dados e a inexistência de uma definição de estratégias a curto, médio e longo prazo, para viabilidade e dignificação da prática profissional, exigia um trabalho especializado, que ficou a cargo da Escola de Gestão e Economia da Universidade do Minho (coordenação dos Professores Doutores Francisco Carballo-Cruz e João Cerejeira), com estrita colaboração da OASRN / CEN41º.

O estudo contou com o apoio de uma Comissão de Acompanhamento constituída para o efeito, com arquitetos representativos das várias formas de exercício profissional.

Partindo da experiência resultante desta primeira iniciativa, nasceu o Observatório da Profissão.

Desde 2006 foram feitos diversos esforços para observar e interpretar o exercício da profissão, sob vários aspetos, extremamente relevantes para o conhecimento num contexto específico, que acabou por resultar numa análise importante, mas circunscrita.

Em 2020, sob coordenação do CEN41º, as Secções Regionais do Norte, do Centro e de Lisboa e de Vale do Tejo, com apoio do Conselho Diretivo Nacional, avançaram com o trabalho prévio que viria a permitir a constituição, em 2021, do Grupo de Trabalho do Observatório da Profissão, coordenado pelo CDN e composto por um representante de cada Secção Regional.

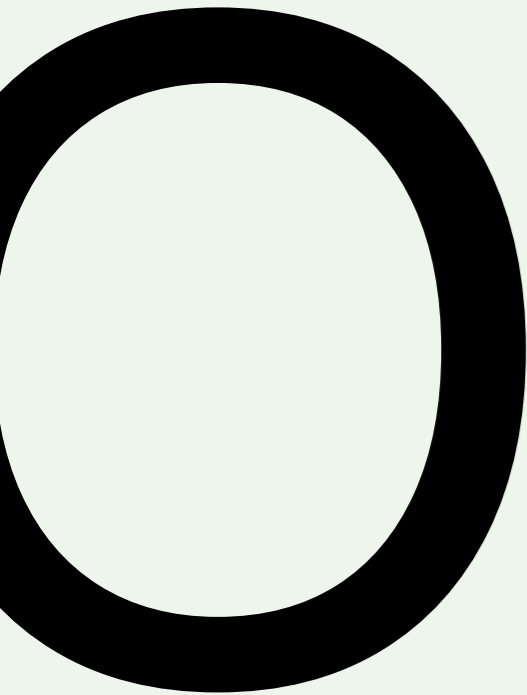
O Observatório da Profissão apresenta-se como uma ferramenta de recolha, análise e cruzamento de dados relativos à profissão, assumindo um trabalho de monitorização permanente, acessível a todos, que permita identificar prioridades, definir medidas de intervenção e operacionalização e contribuir para políticas em torno da Arquitectura, com recurso a dados rigorosos.



Publicação “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal / PESA”



Observatório da Profissão - Imagem gráfica 2022



A PRÁTICA PROFISSIONAL NA SECÇÃO REGIONAL NORTE

Por **ALEXANDRA LOURENÇO, SUSANA MACHADO** | ARQUITETAS | ASSESSORAS DO APOIO À PRÁTICA
E **NUNO CÉSAR MACHADO** | ADVOGADO | ASSESSOR JURÍDICO

Em função desde 1997, a prática profissional conta com uma larga experiência no apoio diário e contínuo aos profissionais arquitetos, membros da Secção Regional do Norte. Composto por uma equipa técnica coesa, tem sido possível desenvolver uma dinâmica de acompanhamento de questões com as quais as arquitetas e os arquitetos se confrontam, assim como, monitorizar matérias de interesse geral para os profissionais. Deste modo, é possível a OA estar na vanguarda de temáticas que possam motivar a intervenção institucional, contribuindo assim para uma participação informada e factual, na promoção ou construção de soluções, em matérias de interesse para a classe profissional.

Atualmente, o serviço tem em funções duas arquitetas apoiadas pelo assessor jurídico do CDRN, durante duas manhãs por semana. Entretanto, nas matérias que envolvem questões eminentemente jurídicas, o membro é encaminhado para a consulta com advogado, através de agendamento assegurado pelos serviços de secretaria.

As temáticas abordadas são diversas podendo envolver a identificação de legislação específica ou a orientação sobre a aplicação de normas técnicas. Sempre que necessário, o serviço recorre ao contacto de entidades ou institutos, para a obtenção de orientações sobre as matérias motivadoras dos pedidos de esclarecimento.

Por vezes existe a necessidade de emissão de pareceres técnico-jurídicos que, são gratuitos quando se revestem de temáticas de interesse geral para a classe, permitindo a partilha com outros colegas. Outros temas, de análise específica originam estudos focados em casos particulares, sendo objeto de pagamento de um custo administrativo.

A emissão destes pareceres depende da especificidade das questões apresentadas, pelo que caberá sempre à Ordem ponderar a forma da resposta a prestar. Nesse sentido, é realizada uma análise da questão apresentada, quanto à matéria, grau de complexidade e relevo para a classe profissional, para assim, se ponderar os termos e forma que a resposta deverá ser dada.



“As temáticas abordadas são diversas podendo envolver a identificação de legislação específica ou a orientação sobre a aplicação de normas técnicas. Sempre que necessário, o serviço recorre ao contacto de entidades ou institutos, para a obtenção de orientações sobre as matérias motivadoras dos pedidos de esclarecimento.”

Salientamos ainda, que a confrontação com os problemas apresentados pelos membros tem originado ações concretas, como a emissão de esclarecimentos no site, ações de formação e sessões técnicas, onde a equipa participa ativamente, como ocorreu com a publicação do designado simplex urbanístico ou a entrada em vigor do regime jurídico de reabilitação de edifícios habitacionais existentes e frações autónomas, onde as duas assessoras arquitetas acompanham a equipa de formação, constituída por técnicos do LNEC.

As matérias tratadas pelos assessores garantem ainda um apoio técnico-jurídico ao Conselho Diretivo Regional do Norte nos contactos que de forma habitual, promove com as entidades locais e regionais, nomeadamente os municípios da sua circunscrição territorial, permitindo desta forma uma abordagem de forma esclarecida e atualizada dos diversos temas que estão diretamente relacionados com a prática profissional dos seus membros na sua relação com os municípios. Pretende-se não só esclarecer os membros quanto às questões que surgem nas suas relações com as instituições públicas, a qual nem sempre é a mais adequada, mas também de forma

proativa permitir uma intervenção da SRN junto destas entidades, especialmente em face das questões que constantemente surgem no âmbito dos processos respeitantes às operações urbanísticas.

É também prática comum que membros desta Secção Regional que trabalham nos municípios, recorram a este serviço para esclarecer dúvidas ou interpretações de questões técnicas ou jurídicas relacionadas com a profissão que surgem no âmbito das funções que se encontram a exercer nestas entidades.

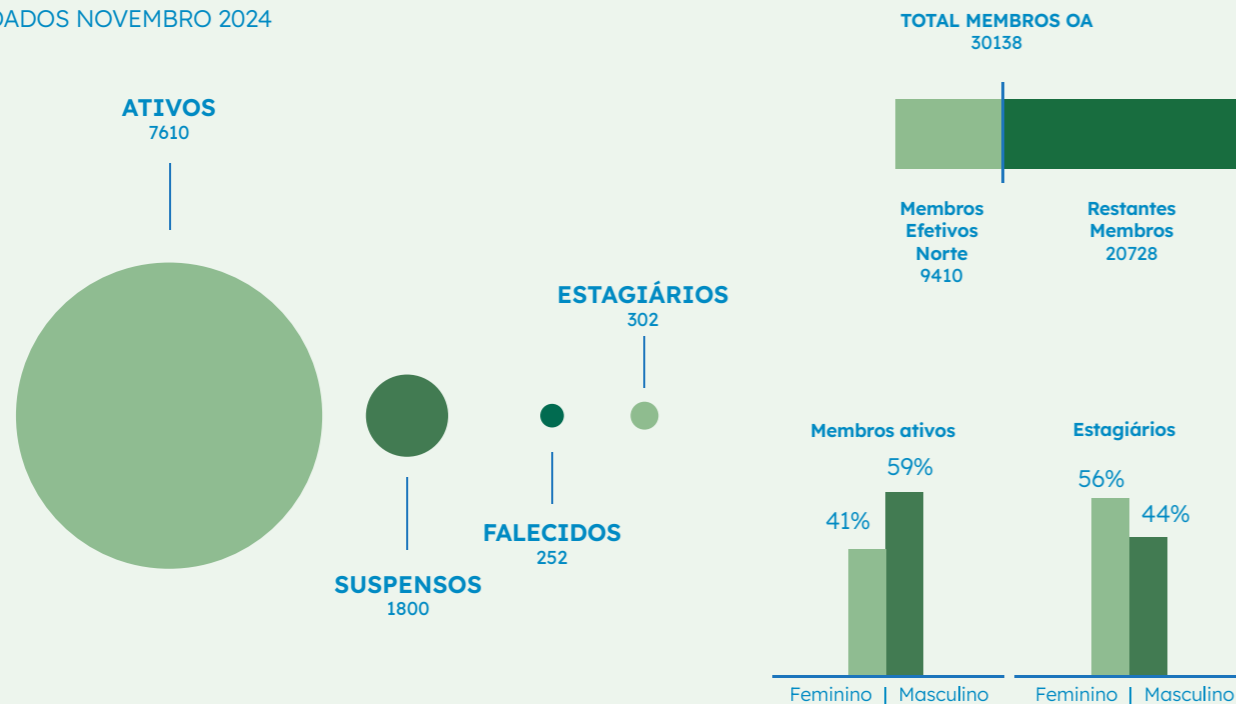
Esta forma de agir e de trabalhar permite também manter uma relação saudável com as restantes Secções Regionais e com o Conselho Diretivo Nacional, permitindo uma correta e adequada relação institucional com uma constante troca de experiências e de informação, sempre com o objetivo de melhorar o serviço e de auxiliar os Colegas no exercício da sua profissão.

Como conclusão, fazemos notar a importância que o contacto dos técnicos, nossos membros, com o serviço permite ainda a eficácia e rapidez na resposta, pois os assuntos que motivam estudo ficam preparados para a orientação de questões semelhantes, colocadas noutros contextos, por outros colegas.

Representação gráfica da Secção Regional Norte em números

Dados da área da admissão

NÚMERO DE MEMBROS DA SRN DADOS NOVEMBRO 2024



31%

DOS MEMBROS DA OA
PERTENCEM À SECÇÃO
REGIONAL NORTE

19%

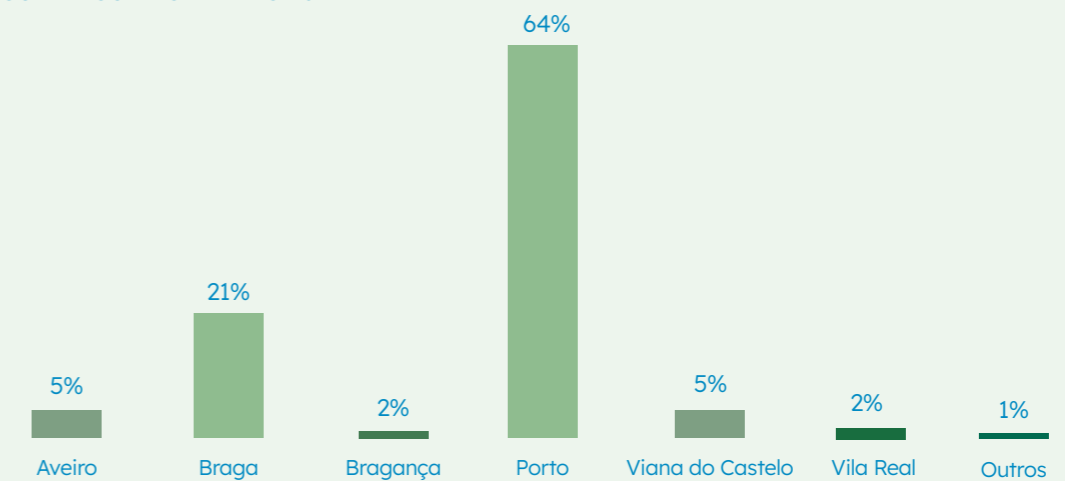
DOS MEMBROS DA
SRN ENCONTRAM-SE
SUSPENSOS

64%

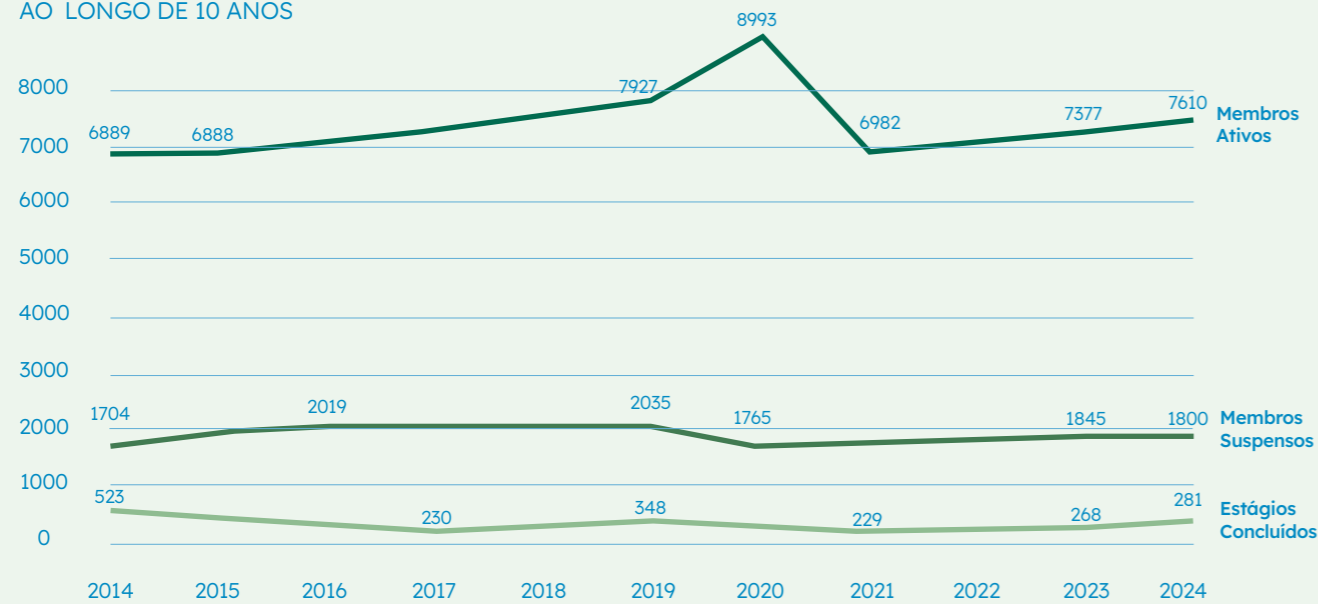
DOS MEMBROS ATIVOS
TRABALHAM NO DISTRITO
DO PORTO

LOCALIZAÇÃO DE MEMBROS POR DISTRITO

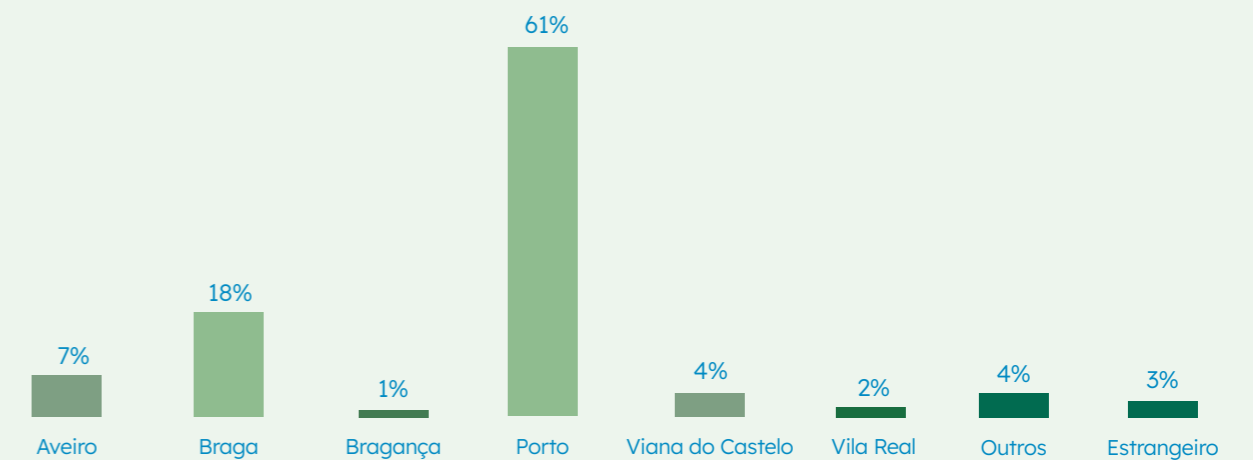
MEMBROS ATIVOS - NOVEMBRO 2024



VARIAÇÃO DE NÚMERO DE MEMBROS DA SRN AO LONGO DE 10 ANOS



ESTÁGIOS EM CURSO NA SECÇÃO REGIONAL NORTE - NOVEMBRO 2024



OS DADOS DA ADMISSÃO E INSCRIÇÃO PARA UM RETRATO DA SECÇÃO

Por **SOFIA JACOB** | ARQUITETA | ASSESSORA DA ADMISSÃO DA SRN

A obrigatoriedade a estar inscrito na Ordem dos Arquitectos para praticar as atividades da profissão vem do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, aprovado no Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de julho.

A prática da profissão de arquiteto ou a mera utilização do título profissional obriga o seu titular a estar inscrito na Ordem dos Arquitectos, independentemente da situação profissional em que se encontre (por conta própria, numa sociedade de profissionais, nomeado ou contratado para funções públicas da administração central, regional ou local, como trabalhador de outro arquiteto ou outros profissionais).

Também os membros extraordinários estagiários, podem, no âmbito do estágio profissional para a inscrição na Ordem dos Arquitectos e nos termos do Regulamento de Inscrição e Estágio, exercer atividades da profissão, desde que sob a supervisão de um Orientador, membro efetivo com um mínimo de cinco anos de inscrição.

O exercício do ato próprio da profissão de arquiteto é indissociável uma dimensão de responsabilidade, de independência e também de autoria de quem o pratica.

Ainda que não seja possível um estagiário assumir autonomamente a responsabilidade técnica por um projeto, por exemplo, o trabalho desenvolvido em colaboração com outro profissional no âmbito do estágio está sujeito a responsabilização e autoria, na medida da sua colaboração, podendo ser subscrito cumulativamente por si (identificado como estagiário) e pelo arquiteto com quem colabore.

O estágio é um período de bastante importância para o futuro arquiteto, quer de formação quer de contacto com a Ordem. O atendimento e esclarecimento de dúvidas que surgem ao longo do processo, são momentos de proximidade em que tentamos que seja estabelecida uma relação positiva entre os futuros arquitetos e a instituição. Nos últimos anos foram realizadas ações de esclarecimento, em instituições de ensino, que se revelaram de extrema importância para que a proximidade com a Ordem se torne natural.

Conforme se pode verificar nos dados apresentados, no ano 2020, e ao contrário do que era expectável

pela situação de pandemia, o número de membros que solicitou o termo de suspensão e voltou a exercer a atividade profissional em Portugal aumentou. Foi um período intenso de mais trabalho para os arquitetos, e os serviços da SRN sentiram essa situação. De notar, que durante o período de pandemia, na Secção Regional do Norte não houve nenhum processo de estágio suspenso. Em 2021, verifica-se uma diminuição do número de membros devido à reestruturação da OA. Os membros dos distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda passaram a pertencer à Secção Regional Centro.

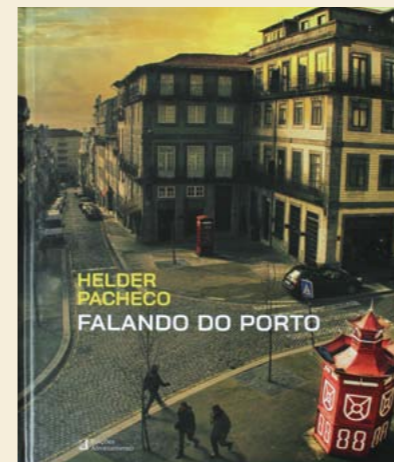
Quando o número de arquitetos em Portugal ultrapassou o 30 000, a Secção Regional do Norte conta com 9 410 membros efetivos, estando 1 800 suspensos por não estarem a exercer a atividade profissional ou estarem a exercê-la fora do país, o que corresponde a cerca de 19% do total de membros.

De salientar, que mais de metade dos membros da Secção Regional do Norte, têm a morada profissional na área metropolitana do Porto.

O contacto por parte de profissionais de outros países para se inscreverem na OA também é cada vez mais frequente. Nos últimos anos, notamos um aumento significativo de arquitetos portugueses que são profissionais em países estrangeiros a querer regressar a Portugal e também de profissionais nacionais de outros estados a querer fixar-se no nosso país. A par desta situação, também é de salientar o crescente número de arquitetos que procura informação para sair de Portugal, logo após o termo do estágio e o registo como membro efetivo da OA.

Atualmente, decorrem 281 processos de estágio na Secção Regional do Norte. No ano 2024 notamos uma diminuição de candidatos a começar o processo, depois de anos em que o número foi sempre crescente.

Conforme acontece com os membros efetivos, a maioria dos estagiários estão a realizar a sua experiência no distrito do Porto e, ao contrário do que se pensa, o número de estagiários que faz o seu período de experiência profissional fora de Portugal, é bastante reduzido.



FALANDO DO PORTO

Autor: Helder Pacheco

Editor: Edições Afrontamento

Língua: Portuguesa

Perguntam-me por aí se ainda tenho assuntos, temas, «coisas» para escrever sobre o Porto. Respondo, sem reservas, que sim. Primeiro, porque a cidade é fonte inesgotável de situações, acontecimentos, controvérsias, anseios, histórias, novidades e, sobretudo, descobertas. E, segundo, porque dou por mim, com frequência, a encontrar lugares e até ruas onde, nos dias da minha vida, nunca tinha passado e sequer ouvido falar. E, terceiro, porque ao fim de tantos anos a ler, reler e trilhar centenas ou milhares de livros, artigos, ensaios e notícias de temática portuense, chego à conclusão de que as lacunas, os vazios e a ignorância sobre muitos assuntos da cidade, continuam a obrigar a uma atitude de expectativa para reconhecer o que não sabia.



TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA NA HABITAÇÃO PORTUENSE: AS FORMAS DA CASA NA FORMA DA CIDADE

Autor: Francisco Barata Fernandes

Editor: Faup Publicações

Coordenação: João Pedro Xavier; Filipa Guerreiro;

Língua: Portuguesa

A obra arquitetónica é, neste trabalho, ela e o seu programa, ela e a cidade em que se insere, ela e a série de que faz parte. (...) trata-se de aprofundar o conhecimento arquitetónico e urbanístico sobre a cidade e sobre alguns dos tipos de edificação destinada a habitação que caracterizam a sua forma urbana, reconhecendo-se que a informação assim recolhida serve como material operativo de projeto. Isto é, como material eventualmente utilizável num projeto concreto.



A RUA ÁLVARES CABRAL (1895-1940): FORMAS DE HABITAR

Autor: Maria do Carmo Pires

Editores: Faup Publicações

Desenhos: Miguel Tomé

Direção editorial: Manuel Mendes

Língua: Portuguesa

A análise da arquitetura privada da Rua Álvares Cabral (Porto): “espaço de história viva e vivida, espelha diferentes formas de habitar”; levantamento exaustivo de documentação sobre o tipo de ocupação da rua e tipologias de habitação.

A LIVRARIA E A BIBLIOTECA

Por **LÍGIA SAMPAIO** | ASSESSORA DA LIVRARIA E BIBLIOTECA DA SRN



A LIVRARIA

A Livraria está inserida no edifício da sede da Secção Regional Norte, voltada para o pátio de acesso à entrada, criando a possibilidade cómoda, a quem chega, de ver as edições e novidades ligadas à área da arquitetura e temas associados.

Como marca de referência na área da arquitetura, a Livraria diligencia várias campanhas publicitárias e promocionais, dirigidas aos membros da Ordem dos Arquitectos. Destacam-se as novidades na livraria, o livro do mês, e também as campanhas promocionais ocasionais.

A Livraria online, possibilita o acesso a um catálogo para efetuar compras à distância, realizando-se o pagamento por transferência bancária e enviando-se com entrega rápida essas publicações por via postal.

Para além de publicações, a Livraria disponibiliza para venda, produtos específicos, designados “linha nova sede” e também, cartazes e litografias alusivos a antigos eventos organizados pela Ordem dos Arquitectos.

A Livraria disponibiliza mais de 400 títulos e apresenta frequentemente novidades, que contribuem para a sua visibilidade, como espaço conceituado, estruturado e sustentável.

Horário de funcionamento

Segunda a sexta-feira
10:00h – 13:00h, 14:30h – 17:00h

Contactos

norte.livraria@ordemdosarquitectos.org



A BIBLIOTECA

A Biblioteca da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, afirma-se como uma biblioteca especializada em arquitetura, dirigida essencialmente aos seus membros, sejam eles investigadores, professores ou estudantes, mas também a todos aqueles que têm interesse direto ou indireto, na arquitetura enquanto profissão e enquanto disciplina.

Coleção

A coleção da Biblioteca dispõe de obras nacionais e estrangeiras, em permanente atualização. Está organizada por várias áreas temáticas, a grande maioria da área da Arquitetura e Urbanismo e também, Arte, Design, Direito - Legislação e Regulamentação, Engenharia, História, Obras de Referência, Património e Sistema Educativo.

As publicações periódicas encontram-se organizadas por assunto.

Condições de acesso ao serviço

É solicitado aos utilizadores o preenchimento de uma ficha de consulta.

Sala de leitura - utilizadores

A sala de leitura e documentação, trata-se de um espaço confortável, que disponibiliza uma lotação de 8 lugares sentados, com acesso a wi-fi. Os utilizadores têm livre acesso aos documentos patentes em formato físico na sala de leitura. A Biblioteca, presta um serviço de consulta local, que não pode ser alvo de empréstimo. A consulta do catálogo é prestada através da ajuda da Bibliotecária.

Tendo em conta o título do edifício sede da Secção Regional Norte como Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade, a Biblioteca favorece o encontro da autoformação dos utilizadores, que buscam conhecimento sobre a temática da arquitetura, cuja prática de leitura é de carácter sustentável.

Horário de funcionamento

Segunda a sexta-feira
10:00h – 13:00h, 14:30h – 17:00h

Contactos

norte.biblioteca@ordemdosarquitectos.org

UM OLHAR SOBRE O EDIFÍCIO SEDE N41°

Pela lente de Cunha Pimentel

Um conjunto de fotografias foi criado por Cunha Pimentel para retratar o processo de construção da sede da OASRN desde o edifício em obra até à obra concluída.





PELA LENTE DE CUNHA PIMENTEL - EM OBRA



PELA LENTE DE CUNHA PIMENTEL - EM OBRA









PELA LENTE DE CUNHA PIMENTEL - OBRA CONSTRUÍDA

Eu tenho vários mundos.

E, para cada um deles,
a Ageas Seguros
tem uma solução.



Um mundo para proteger o seu



PUB. (12/2024) Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A., sede Praça Príncipe Perfeito, 2, 1990-278 Lisboa. Matrícula / Pessoa Coletiva 503454109. CRC Porto. Capital Social 7.500.000 Euros. Registo ASF 1129. Ageas Portugal - Companhia de Seguros de Vida, S.A., sede Praça Príncipe Perfeito, 2, 1990-278 Lisboa. Matrícula / Pessoa Coletiva 502220473. CRC Lisboa. Capital Social 10.000.000 Euros. Registo ASF 1039. Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

CONSERVAÇÃO
E RESTAURO DO
PATRIMÓNIO

AOF

